



AZ@BXL

Número: 386

Data: 2025.12.19

**No título: "Escape #15" (2017)**

**Créditos:** Catarina Branco (1974) é uma artista plástica natural da ilha de São Miguel, licenciada em Pintura pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. A artista destaca-se pelo seu trabalho minucioso em papel recortado à mão, através do qual reinventa tradições culturais e religiosas açorianas, articulando-as com influências de outras geografias, como África e Brasil, numa linguagem visual contemporânea. Desde o início da sua carreira, Catarina Branco tem participado em bienais, feiras internacionais de arte contemporânea e as suas obras têm integrado inúmeras coleções públicas e privadas. Do seu percurso artístico, destaca-se o convite feito em 2013 pela Fundação Calouste Gulbenkian para participar no projeto Próximo Futuro e o convite para desenvolver uma peça original para a exposição “April 25, 1974 – Portugal’s Carnation Revolution”, organizada em 2014 pela Universidade de Berkeley, Califórnia (EUA). Em reconhecimento do seu trabalho artístico, Catarina Branco foi também agraciada com diversos prémios, nomeadamente o Prémio de Pintura e Escultura D. Fernando II (1999), o Prémio de Pintura João Barata, atribuído pela Galeria Barata (Lisboa), em 1997 e o Prémio de Criação Artística – Pintura “Domingos Rebelo”, DRAC, em 2001.

**Cortesia: Galeria Fonseca Macedo**

**Nota:** Nesta edição, damos continuidade a uma nova sequência de publicações com o intuito de divulgar obras de artistas açorianos ou a residir nos Açores. Deixamos o nosso mais sincero agradecimento a todos os artistas que aceitaram participar, bem como à Galeria Fonseca Macedo, que prontamente aceitou o desafio e se disponibilizou para colaborar.

**DESTAQUES**



[Conclusões do Conselho Europeu, 18 de dezembro de 2025](#)

[As instituições da UE definem prioridades para 2026](#)

[Comissão Europeia lança primeiro Plano Europeu para a Habitação Acessível](#)

[Oportunidades de pesca para 2026 em águas da UE e fora da UE: Conselho alcança acordo](#)

[Tribunal de Contas Europeu aponta deficiências na luta contra a fraude na UE](#)

[Comissão Europeia propõe regras mais simples para reforçar a segurança alimentar e a competitividade agrícola](#)

[Comissão Europeia lança pacote para um setor automóvel mais limpo e competitivo](#)

[Novas medidas para tornar o setor da saúde da UE mais inovador, competitivo e resistente](#)

[UE-Mercosul: Conselho e Parlamento acordam regras para proteger o setor agroalimentar da UE](#)

[Conselho aprova simplificação da Política Agrícola Comum para reforçar competitividade e reduzir burocracia](#)



VAI ACONTECER

Até 21 de dezembro



**A Comissão Europeia recolhe contributos para avaliação da Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual**

As regras da UE relativas aos serviços de comunicação social audiovisual são um dos pilares da política e regulamentação da UE relativas aos meios de comunicação social. Estas normas promovem a competitividade das empresas de comunicação social europeias e a circulação transnacional de conteúdos mediáticos, protegem os telespetadores e reforçam a diversidade cultural e o pluralismo dos meios de comunicação social, entre outros aspetos.

A Comissão avaliará o impacto e o valor acrescentado das regras em vigor e apresentará propostas para a sua revisão, se for caso disso.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 21 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal ["Dê a sua opinião".](#)

Até 23 de dezembro



**Comissão lança convite à apresentação de provas sobre a revisão das metas e objetivos da Década Digital 2030**

A Comissão Europeia lançou um [convite à apresentação de provas](#) para avaliar se os objetivos e metas da Década Digital para 2030 continuam alinhados com as rápidas mudanças tecnológicas desde a sua adoção em 2022. A revisão, prevista para 2026, irá ajustar o programa político que orienta a transformação digital da Europa, considerando a necessidade de acelerar o processo de digitalização da UE e de simplificar a legislação europeia em matéria do digital.

Neste estágio intermédio do programa político da [Década Digital](#), a Comissão irá avaliar a relevância dos objetivos atuais e a eficácia das medidas para garantir que permanecem eficazes e resilientes. A revisão também irá considerar formas de alinhar as políticas digitais com as oportunidades de financiamento no próximo Quadro Financeiro Plurianual e como melhorar a participação de regiões e cidades para garantir que os benefícios da digitalização cheguem aos cidadãos e pequenas empresas.

O convite à apresentação de provas estará aberto até ao próximo dia 23 de dezembro de 2025.

Até 9 de janeiro



## Embalagens e resíduos de embalagens — isenções das obrigações de reutilização de embalagens e tiras de plástico (ato delegado)

O novo Regulamento relativo a embalagens e resíduos de embalagens estabelece metas de reutilização.

Este eventual ato delegado estabeleceria isenções das obrigações de reutilização do referido regulamento para embalagens e tiras de plástico.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 9 de janeiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)"., comentários esse que serão tidos em conta na finalização da iniciativa.

Até 12 de janeiro



## Diga-nos o que pensa sobre: Estratégia para as regiões ultraperiféricas da UE

Esta iniciativa visa permitir que as regiões ultraperiféricas retirem maiores benefícios das políticas, dos fundos e dos programas da UE.

A iniciativa irá: alinhar a estratégia atual com as novas prioridades políticas; delinejar uma visão global para aumentar a prosperidade destas regiões; definir os principais domínios de ação da UE para dar resposta às necessidades e especificidades destas regiões; e, ajudar a explorar os ativos estratégicos e o potencial único que estas regiões oferecem enquanto postos avançados da UE no mundo.

O processo de consulta permanecerá aberto até 12 de janeiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

A adoção da Estratégia para as regiões ultraperiféricas pela Comissão Europeia está prevista para o 1.º trimestre de 2026.



## Diga-nos o que pensa sobre: Pacote de simplificação regulamentar para as regiões ultraperiféricas da UE

Esta iniciativa visa eliminar os estrangulamentos na legislação da UE que dificultam o desenvolvimento socioeconómico, a competitividade sustentável e a prosperidade das regiões ultraperiféricas da UE. Visa, em especial, simplificar os requisitos legais da UE e ajustá-los às especificidades das regiões ultraperiféricas.

Esta iniciativa complementa a iniciativa relativa à estratégia para as regiões ultraperiféricas da UE.

O processo de consulta permanecerá aberto até 12 de janeiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

A adoção da proposta de regulamento pela Comissão Europeia está prevista para o primeiro semestre de 2026.

Até 13 de janeiro



## Comissão lança consulta pública sobre futura Lei dos Materiais Avançados

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#) e uma [consulta pública](#) sobre a futura Lei dos Materiais Avançados, uma iniciativa central da [Bússola para a Competitividade](#) que visa reforçar a liderança industrial e a autonomia estratégica da Europa.

A nova legislação criará um quadro estratégico para o desenvolvimento, produção e utilização de materiais avançados, substâncias desenvolvidas artificialmente com propriedades inovadoras e aplicáveis em setores como eletrónica, energia e mobilidade elétrica.

A implementação da proposta está prevista para 2026 e procurará acelerar a transição entre a investigação e a comercialização, simplificar processos regulamentares e aumentar a capacidade de produção europeia, de modo a realizar uma promoção simultânea de sustentabilidade e economia circular.

Os interessados poderão enviar contributos até 13 de janeiro de 2026 através do portal "[Dê a sua opinião](#)" da Comissão Europeia.

Até 14 de janeiro



## Comissão lança consulta sobre regras de auxílios estatais à radiodifusão de serviço público europeu

A Comissão Europeia abriu uma [consulta pública](#) e uma [consulta a peritos](#) para recolher contributos sobre a [Comunicação de 2009 relativa aos auxílios estatais à radiodifusão de serviço público](#). O objetivo é avaliar se as regras continuam a cumprir os seus objetivos, tendo em conta as mudanças tecnológicas, de mercado e jurídicas ocorridas desde a última revisão.

A consulta pública geral destina-se a cidadãos, empresas e organizações interessadas, enquanto a consulta a peritos se dirige a participantes do setor, autoridades públicas e académicos com experiência específica na radiodifusão de serviço público. O prazo para participação em ambas termina a 14 de janeiro de 2026.

Após o encerramento das consultas, a Comissão analisará as respostas, publicará um resumo no portal “[Dê a sua opinião](#)” e divulgará as contribuições na língua em que foram submetidas. Com base nas respostas e na análise interna, será elaborado um documento de trabalho com as principais conclusões da avaliação.

Até 18 de janeiro



### Simplificação — Pacote digital e omnibus

Decorre até 18 de janeiro o período para apresentação de comentários sobre o ato adotado. Todos os comentários recebidos serão resumidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo.

Os comentários podem ser apresentados no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 19 de janeiro



### União Europeia lança convite para selecionar gestor do novo Fundo Scaleup Europe

O Fundo do Conselho Europeu de Inovação lançou um [convite à manifestação de interesse](#) destinado a recrutar um gestor de fundos independente para atuar como consultor de investimentos e gestor de carteira do Fundo Scaleup Europe, um novo instrumento multimilionário destinado a apoiar empresas europeias de rápido crescimento em setores tecnológicos estratégicos.

O gestor selecionado terá um papel central na valorização das scaleups europeias e no fortalecimento da liderança tecnológica da Europa em escala global. O convite está aberto a gestores de fundos com experiência comprovada em captação e gestão de investimentos, bem como em operações de expansão e crescimento empresarial.

Os pedidos de pré-qualificação deverão ser submetidos até **19 de janeiro de 2026**, e as candidaturas completas estarão abertas até **3 de fevereiro de 2026**, ambas com prazo limite às 17h00 CET (hora de Bruxelas).

O Fundo Scaleup Europe fará parte da estrutura existente do Fundo Europeu do Conselho de Inovação, mas com um gestor de fundos totalmente privado e baseado no mercado.

Até 23 de janeiro



### Relatório de 2026 sobre o Estado de direito: Consulta específica das partes interessadas

Na elaboração do relatório, a Comissão baseia-se numa diversidade de fontes pertinentes, incluindo contributos a receber das autoridades nacionais, visitas aos países e contributos das partes interessadas.

A fim de facilitar a sua participação adequada, a Comissão convida as partes interessadas a apresentarem contributos escritos para o relatório através da presente consulta específica. O objetivo é alimentar a avaliação da Comissão com informações factuais sobre a evolução no terreno nos Estados-Membros, bem como nos quatro países do alargamento incluídos no relatório. A consulta integra as perguntas da consulta separada do ano passado sobre a dimensão do mercado único. Estas perguntas são especificamente indicadas no questionário.

Pode contribuir para esta consulta preenchendo o questionário em linha (faça um contributo separado para cada Estado-Membro ou país do alargamento abrangido) até 23 de janeiro de 2026 (meia-noite, hora de Bruxelas).

Aceda à consulta [aqui](#).



### Consulta Pública: Ato legislativo sobre o Espaço Europeu da Investigação

A fim de criar um ambiente geral mais favorável à inovação, que reduza a fragmentação e impulsione a competitividade da UE, esta iniciativa visa reforçar o investimento em I&D e elevá-lo ao nível da meta de 3 % do PIB.

Centrará mais o apoio à investigação nas prioridades estratégicas, alinhará melhor as prioridades de financiamento da UE e dos Estados-Membros e promoverá a livre circulação de conhecimentos e talentos na Europa.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 23 de janeiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

A adoção do ato legislativo pela Comissão Europeia está prevista para o terceiro trimestre de 2026.

Até 25 de janeiro



### **Preparar a agricultura da UE para o futuro através da investigação e da inovação**

A Comissão Europeia, liderada pela DG AGRI, está a preparar uma nova Abordagem Estratégica para a Investigação e Inovação (I&I) Agrícola da UE, prevista para meados de 2026.

Esta Abordagem Estratégica visa garantir a competitividade, sustentabilidade e resiliência a longo prazo do setor agroalimentar, das florestas e das zonas rurais da UE, e contribuir para os objetivos da [Visão para a Agricultura e Alimentação](#) e outras iniciativas da Comissão.

A Comissão gostaria de ouvir a sua opinião para ajudar a identificar as prioridades.

A [consulta](#) está aberta até **25 de janeiro de 2026**.

Até 26 de janeiro



### **Comissão procura obter pontos de vista sobre a revisão das diretivas relativas à contratação pública**

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública de 12 semanas para recolher contributos e elementos de prova com vista à revisão das diretivas da União Europeia relativas à contratação pública. A iniciativa pretende modernizar e simplificar as regras atuais, alinhando-as com as atuais prioridades estratégicas da UE.

Com as autoridades públicas da UE a gastarem mais de 2,6 biliões de euros por ano, dos quais 600 mil milhões de euros estão sujeitos às regras da UE, a revisão destas diretivas procura promover um sistema de investimento público europeu mais eficiente e estratégico.

Através deste questionário, a Comissão procura obter contributos das partes interessadas, incluindo as autoridades públicas, as empresas, a sociedade civil, os parceiros sociais e o meio académico, sobre a forma de melhorar as regras da UE em matéria de contratos públicos.

O questionário pode ser encontrado no portal "[Dê a sua opinião](#)" e o período de consultas decorrerá até ao **dia 26 de janeiro de 2026**.

Até 4 de fevereiro



### **Comissão lança convite à apresentação de propostas para financiar projetos de parceria no domínio jornalístico**

A Comissão Europeia anunciou a disponibilização de 13,8 milhões de euros para apoiar o pluralismo e a colaboração transfronteiriça no jornalismo, no âmbito do programa Europa Criativa.

O montante reparte-se entre dois convites à apresentação de propostas. O [primeiro convite](#), referente à atribuição de 6,9 milhões de euros, destina-se a parcerias jornalísticas que promovam colaborações entre meios de comunicação de diferentes países da UE, com um máximo de 2 milhões por projeto de dois anos. O [segundo](#), também com 6,9 milhões de euros, visa reforçar o pluralismo mediático, oferecendo até 2,5 milhões por projeto a organizações intermediárias que financiem meios locais, comunitários e jornalismo de investigação.

Ambos os convites permanecerão abertos até 4 de fevereiro de 2026, podendo encontrar [aqui](#) mais informação sobre estes dois convites.



### **Comissão Europeia lança consulta sobre reforço das regras de segurança dos produtos no mercado único**

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre duas iniciativas que visam atualizar o quadro da UE em matéria de segurança dos produtos e do mercado, garantindo que todos os bens comercializados sejam seguros, sustentáveis e adequados à economia digital e circular.

A primeira iniciativa propõe a revisão do [Novo Quadro Legislativo relativo à marcação CE](#) e à avaliação da conformidade, procurando simplificar regras, reduzir encargos administrativos e harmonizar procedimentos entre setores. A segunda analisa o [Regulamento sobre a Fiscalização do Mercado](#), com o objetivo de reforçar a cooperação entre autoridades e alfândegas e melhorar o combate a produtos inseguros.

As consultas decorrem até 4 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) e irão contribuir para a futura Lei Europeia dos Produtos, prevista para o terceiro trimestre de 2026. A Comissão convida empresas, consumidores e autoridades a partilhar as suas perspetivas sobre as iniciativas no portal [Dê a sua opinião](#).

Até 6 de fevereiro



### Comissão lança consulta pública sobre a Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência

A Comissão Europeia iniciou uma consulta pública com o objetivo de recolher contributos sobre o futuro da [Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030](#). A iniciativa pretende identificar formas de reforçar as políticas da União Europeia neste domínio, à luz dos novos desafios e oportunidades que surgiram desde o início da estratégia, incluindo os impactos sociais do pós-pandemia e as transformações tecnológicas em curso.

O processo de consulta visa recolher as opiniões de cidadãos, organizações da sociedade civil e entidades públicas sobre como a UE pode reduzir as barreiras à acessibilidade, promover a inclusão e garantir um apoio mais eficaz às pessoas com deficiência. As contribuições recolhidas irão servir de base para o novo conjunto de ações que a Comissão tenciona apresentar em 2026, no âmbito da Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A consulta pública irá decorrer até 6 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas), sendo realizada em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 23 de fevereiro



### Comissão solicita contributos para moldar a resiliência climática futura da UE

A Comissão Europeia iniciou uma consulta pública com o objetivo de recolher contributos sobre o futuro quadro da UE em matéria de resiliência climática. A iniciativa pretende identificar formas de reforçar as políticas da União Europeia neste domínio, à luz dos novos desafios como fenómenos meteorológicos extremos, impactos na saúde, economias e infraestruturas, e a necessidade de uma abordagem coordenada para adaptação climática, conforme disposto no relatório “[Avaliação Europeia dos Riscos Climáticos](#)”, produzido pela Agência Europeia para o Ambiente.

O processo de consulta visa recolher as opiniões de cidadãos, empresas, autoridades regionais e partes interessadas sobre como a UE pode proteger a saúde humana, reduzir riscos de alto impacto e reforçar a preparação societal. A consulta pública irá contribuir para o novo quadro da UE sobre resiliência climática, previsto para 2026, que visa tornar a Europa mais forte e preparada para os desafios climáticos.

A consulta pública irá decorrer até 23 de fevereiro de 2026 (às 23h59, hora de Bruxelas), podendo ser realizada em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 27 de fevereiro



### Consulta Pública: Práticas comerciais desleais entre empresas na cadeia de abastecimento alimentar — revisão das regras da UE

Esta iniciativa visa rever as regras da UE em matéria de luta contra as práticas comerciais desleais nas relações entre empresas na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar, a fim de refletir a evolução da dinâmica do mercado e as práticas emergentes e assegurar relações mais justas no âmbito da cadeia.

A revisão baseia-se na avaliação das regras da UE em matéria de práticas comerciais desleais entre empresas e na «Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar», dando resposta às exigências dos agricultores no sentido de uma cadeia alimentar mais justa.

A consulta pública irá decorrer até 27 de fevereiro de 2026 (24 hora- horas de Bruxelas), podendo ser realizada em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.



## Consulta Pública: Portabilidade de competências, ação 1 — facilitar a mobilidade dos trabalhadores em toda a UE através da transparência e da digitalização das competências

Atualmente, fazer com que as competências e qualificações dos trabalhadores sejam compreendidas pelos empregadores de outros Estados-Membros da UE continua a ser um desafio, nomeadamente porque os diplomas são frequentemente documentos em suporte papel.

Esta iniciativa visa tirar partido dos instrumentos existentes para a transparência das competências e qualificações e explorar as possibilidades de promoção de credenciais digitais interoperáveis. O objetivo é facilitar a mobilidade dos trabalhadores, reforçar o mercado único e facilitar a compreensão e aceitação das competências e qualificações em toda a UE.

O período para apresentação de comentários através do portal "[Dê a sua opinião](#)", decorre até ao dia 27 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



## Consulta Pública: Portabilidade de competências, ação 2 — facilitar, modernizar e expandir os processos de reconhecimento das profissões regulamentadas

As regras da UE em matéria de reconhecimento das qualificações profissionais facilitam o reconhecimento transfronteiriço das qualificações dos cidadãos da UE que procuram aceder a profissões regulamentadas. Ainda assim, os processos a seguir podem ser morosos, complexos e dispendiosos, limitando a eficácia do mercado único.

Esta iniciativa visa simplificar, modernizar e alargar ainda mais os processos de reconhecimento das profissões regulamentadas, em especial através do recurso a ferramentas digitais.

O período para apresentação de comentários através do portal "[Dê a sua opinião](#)", decorre até ao dia 27 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



## Consulta Pública: Portabilidade de competências, ação 3 — simplificar o reconhecimento das qualificações e competências dos nacionais de países terceiros

Os procedimentos nacionais de reconhecimento de nacionais de países terceiros são divergentes e muitas vezes lentos e ineficazes. Estes procedimentos impedem os nacionais de países terceiros de aceder ao mercado de trabalho e reduzem a atratividade da UE enquanto destino para os trabalhadores qualificados provenientes do estrangeiro.

Esta iniciativa visa simplificar o reconhecimento das qualificações dos nacionais de países terceiros, ajudando a fazer face à escassez de mão de obra e de competências na UE e respeitando a competência dos Estados-Membros em matéria de migração e regulamentação das profissões.

O período para apresentação de comentários através do portal "[Dê a sua opinião](#)", decorre até ao dia 27 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 5 de março



## Consulta Pública: Novo ato legislativo da UE para os serviços de entregas — UE reforma regras postais

No âmbito da estratégia da UE para o mercado único adotada em maio de 2025, propõe-se um novo ato legislativo da UE para os serviços de entregas a fim de substituir a Diretiva Serviços Postais e o Regulamento Encomendas Transfronteiriças no 4.º trimestre de 2026.

A reforma das regras da UE para os serviços postais centrar-se-á nas entregas enquanto serviço e garantirá que os particulares e as empresas possam receber entregas em toda a UE a preços acessíveis, ao mesmo tempo que irá promover a concorrência leal nos mercados de entregas e melhorar a proteção dos consumidores.

O período de consulta decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 5 de março de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 9 de março



## Consulta pública sobre revisão das regras de proteção do ambiente marinho

A Comissão Europeia abriu uma consulta pública e um convite à apresentação de provas no âmbito da revisão da [Diretiva-Quadro Estratégia Marinha](#) (MSFD), com o objetivo de reforçar a proteção dos ecossistemas marinhos e simplificar a sua aplicação.

A revisão segue-se à avaliação da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (MSFD), publicada em março de 2025, que reconheceu os progressos realizados, mas concluiu que a diretiva ainda não alcançou plenamente o objetivo de garantir um bom estado ambiental nos mares europeus, sendo o elevado nível de poluição e a perda de biodiversidade marinha apontados como os principais motivos para a falta de sucesso da iniciativa.

A iniciativa está aberta à participação de cidadãos, entidades públicas e organizações interessadas até **9 de março de 2026** (23h59 hora de Bruxelas), através do portal [Dê a Sua Opinião](#).

Até 11 de março



### Comissão apoia projetos de literacia mediática com 3 milhões de euros

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#), no valor de 3 milhões de euros, destinado a apoiar projetos inovadores que reforcem a literacia mediática e ajudem os cidadãos a navegar de forma crítica e informada no ambiente digital.

As iniciativas poderão decorrer online ou offline e devem tornar o processo de aprendizagem sobre os media mais interativo e envolvente, ao mesmo tempo que ajudam profissionais do setor a adaptar-se a novos formatos e tendências de consumo.

O prazo para apresentação de propostas termina a 11 de março de 2026, e o convite está aberto a parceiros de países participantes no programa [Europa Criativa](#).

ACONTECEU



### Agricultura, Alimentação e Ruralidade

#### Agricultura da UE manterá alto nível de produtividade até 2035, segundo relatório da Comissão Europeia

A Comissão Europeia divulgou o [Relatório sobre as Perspetivas Agrícolas 2025-2035](#), que prevê que a agricultura da União Europeia continue a registar elevados níveis de produtividade ao longo da próxima década. Apesar de desafios como as alterações climáticas e os custos crescentes dos insumos agrícolas, o setor deverá manter-se competitivo e resiliente, preservando a autossuficiência da UE em produtos como cereais, carne e produtos lácteos.

O estudo antecipa um crescimento constante do valor da produção agrícola, que continuará a ser impulsionado em especial pelos cereais, produtos lácteos, frutas e legumes, enquanto os preços elevados de fertilizantes, energia e rações continuarão a exercer pressão sobre os custos. Ainda assim, a produtividade do trabalho permanecerá o principal motor do desempenho agrícola, contribuindo para o aumento do rendimento real por trabalhador.

O relatório sublinha ainda que o impacto ambiental global da agricultura europeia deverá melhorar, com reduções nas emissões de gases com efeito de estufa e no excedente de azoto, em linha com a transição sustentável do setor.

Baseado em dados de mercado até outubro de 2025, o relatório fornece uma visão estratégica das tendências agrícolas a médio prazo e serve de referência para o planeamento de políticas agrícolas europeias e o reforço da competitividade e sustentabilidade do setor até 2035.

#### Comissão Europeia propõe regras mais simples para reforçar a segurança alimentar e a competitividade agrícola

A Comissão Europeia apresentou esta semana um pacote de medidas para simplificar a legislação da UE em matéria de segurança alimentar e dos alimentos para animais, mantendo os elevados padrões sanitários que caracterizam a União Europeia. O objetivo é reduzir custos e burocracia sem comprometer a segurança, o bem-estar animal nem a proteção ambiental.

As novas regras visam racionalizar procedimentos que abrangem desde produtos fitofarmacêuticos e biocidas até à alimentação animal e controlos oficiais. Segundo a Comissão, as simplificações poderão gerar poupanças superiores a mil milhões de euros por ano, incluindo 428 milhões para empresas e 661 milhões para administrações nacionais, aliviando significativamente a carga administrativa.

Entre as medidas propostas destacam-se a aceleração do acesso ao mercado de biopesticidas, a digitalização da rotulagem de aditivos na alimentação animal, a simplificação das regras de renovação de autorizações e a modernização dos controlos fronteiriços e laboratoriais. As

alterações permitirão ainda aos agricultores recorrer de forma mais rápida e acessível a produtos inovadores e ambientalmente sustentáveis, de modo a reforçar a competitividade do setor.

As propostas respondem aos apelos dos Estados-Membros e das partes interessadas por processos mais eficientes e previsíveis.

Após a avaliação da Comissão, o pacote segue agora para análise e adoção pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.

Pode conhecer melhor o pacote legislativo [aqui](#).

### **Entra em vigor a primeira lei europeia de monitorização do solo**

Entrou esta semana em vigor a [Diretiva relativa à Monitorização e Resiliência do Solo](#), a primeira legislação europeia dedicada à saúde e sustentabilidade dos solos, com o objetivo de melhorar a qualidade do solo e fortalecer a resiliência ambiental em toda a União Europeia.

A diretiva contribuirá para reforçar a capacidade dos solos de resistir à erosão, contaminação e perda de biodiversidade, além de apoiar a adaptação às alterações climáticas e outros desafios ambientais.

Os Estados-Membros deverão agora transpor a diretiva para o direito nacional e criar sistemas nacionais de monitorização do solo. A Comissão Europeia acompanhará este processo através da adoção de atos de execução e orientações técnicas, de modo a garantir uma aplicação harmonizada da diretiva em toda a União.

### **UE eleva financiamento para promoção agroalimentar em 2026**

A União Europeia revelou um recorde de financiamento para 2026, destinando 205 milhões de euros à promoção de produtos agroalimentares sustentáveis e de alta qualidade, tanto dentro da UE como no exterior. O programa prevê até 160 milhões de euros em subvenções para cofinanciar ideias de grupos de produtores e organizações agroalimentares, distribuídos entre 70,3 milhões de euros para mercados fora da UE e 79,7 milhões de euros para o mercado interno, com mais 10 milhões reservados para medidas aplicadas em contexto de crise. Esta dotação financeira visa reforçar a aposta europeia na competitividade do setor e no consumo de produtos agrícolas com padrões de qualidade elevados.

Entre as principais novidades está o lançamento, em 2026, de uma campanha de promoção dos alimentos europeus e das sociedades agrícolas como parte do tecido social da UE. A iniciativa pretende fomentar orgulho e aumentar o consumo de produtos agrícolas da UE, destacando o papel dos agricultores e fortalecendo o vínculo com os consumidores. A campanha abrangerá os 27 Estados-membros e terá como principais alvos os mercados estratégicos para a EU, como Reino Unido, Japão, Coreia do Sul, China, Singapura e América do Norte. Além disso, a Comissão Europeia irá também realizar ações diretas no terreno para apoiar a entrada no mercado e promover grandes feiras agrícolas internacionais.

Pode saber mais [aqui](#).

### **Conselho aprova simplificação da Política Agrícola Comum para reforçar competitividade e reduzir burocacia**

O Conselho da União Europeia aprovou, de forma definitiva, o pacote legislativo “Omnibus III”, que introduz novas medidas para simplificar e tornar mais eficiente a Política Agrícola Comum (PAC). A reforma visa reforçar a competitividade da agricultura europeia, apoiar especialmente os pequenos produtores e startups agrícolas, e reduzir de forma significativa a burocacia que afeta tanto os agricultores como as administrações nacionais.

É de recordar que também esta semana, o Parlamento Europeu na sua sessão plenária em Estrasburgo tinha [formalmente adotado](#) por ampla maioria, com 629 votos a favor, 17 contra e 16 abstenções o acordo alcançado com o Conselho da UE a 10 de novembro passado.

Segundo estimativas da Comissão Europeia, as medidas poderão gerar poupanças anuais de até 1,6 mil milhões de euros para os agricultores e mais de 200 milhões de euros para as autoridades dos Estados-Membros. As alterações simplificam os controlos no terreno, eliminam a liquidação anual do desempenho e facilitam os pagamentos diretos, com especial atenção às explorações biológicas. Também ampliam a capacidade de resposta a crises, permitindo apoios financeiros rápidos aos produtores afetados por catástrofes naturais ou fenómenos climáticos extremos.

A nova legislação oferece ainda maior flexibilidade aos Estados-Membros na aplicação das normas ambientais e reforça o acesso dos agricultores a instrumentos de gestão de riscos e a adiantamentos dos pagamentos diretos. A adoção do pacote “Omnibus III” é o segundo passo no processo de modernização administrativa da PAC, na sequência do “Omnibus II” aprovado na semana anterior. O texto será publicado em breve no *Jornal Oficial da União Europeia* e entrará em vigor no dia seguinte.

O ato legislativo será publicado no jornal oficial da UE nos próximos dias e entrará em vigor no dia seguinte à sua publicação.

Pode conhecer [aqui](#) mais detalhes.



## Ambiente e clima: pouco se sabe sobre os resultados dos projetos estratégicos do LIFE

Não se sabe ao certo se os projetos estratégicos financiados pelo programa LIFE ajudam a construir uma Europa mais verde, conclui o novo relatório de auditoria do Tribunal de Contas Europeu (TCE). Estes projetos usam dinheiro europeu para ajudar os países a porem em prática planos e estratégias para o ambiente e o clima. Fazem a ponte entre as ideias e a prática, pois envolvem os principais intervenientes, atraem mais financiamento e desenrolam-se durante vários ciclos políticos.

O programa LIFE foi criado para responder aos vários desafios ambientais e climáticos que a UE enfrenta, designadamente a poluição do ar e da água, a perda de biodiversidade e as alterações climáticas.

Os projetos estratégicos do LIFE ajudam os Estados-Membros a executarem estratégias para fazerem face a estes desafios. Na auditoria, o Tribunal avaliou se esses projetos foram concebidos de forma a cumprirem os seus objetivos, e de que forma tal sucedeu na prática. Concluiu que os projetos estratégicos do LIFE incentivam a cooperação e atraem financiamento suplementar, mas que há lacunas na hierarquização das necessidades, no acompanhamento e na partilha de resultados. Além disso, muitas vezes, o impacto e a sustentabilidade dos efeitos dos projetos não são claros.

O Tribunal recomenda a definição de critérios mais claros para a escolha dos projetos, a prestação de melhores orientações, o aumento da partilha de boas práticas e a melhoria dos planos para assegurar que os resultados perduram após o período de financiamento.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação, incluindo o acesso ao [relatório de auditoria](#).

## A Comissão aprova regime espanhol de 408 milhões de euros para descarbonizar indústria

A Comissão Europeia [aprovoou](#) um regime de auxílios estatais de 408 milhões de euros, destinado a apoiar a descarbonização da indústria transformadora em Espanha. Este projeto insere-se no âmbito do Acordo Industrial Limpo e será financiado pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência. O regime visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e aumentar a eficiência energética, apoiando tecnologias como eletrificação, hidrogénio renovável, recuperação de calor e captura.

O apoio está aberto a empresas de todos os tamanhos e a instalações em diversos setores, incluindo químicos, cerâmica, papel e metalurgia. O montante por empresa e por projeto não deverá exceder 200 milhões de euros, com reservas para projetos elegíveis até ao esgotamento do orçamento. Os projetos devem estar em funcionamento até 60 meses após a concessão e não podem visar apenas aumentar a capacidade de produção existente.

A Comissão concluiu que o regime é necessário e adequado para acelerar a transição para uma economia com emissões líquidas nulas e cumprir os objetivos do Acordo Industrial Limpo, em conformidade com as regras da UE sobre auxílios estatais.

Pode saber mais [aqui](#).

## Conselho apela a uma transição mais rápida para uma Europa resiliente e circular até 2030

O Conselho da União Europeia aprovou esta semana as [conclusões sobre o documento “O ambiente na Europa em 2030 – Construir uma Europa mais resiliente às alterações climáticas e circular”](#), que sublinham a urgência de acelerar a ação ambiental e climática para atingir os objetivos do [8.º Programa de Ação em matéria de Ambiente \(PAA\)](#).

Com base nas avaliações da [Agência Europeia do Ambiente](#) e da Comissão Europeia, o Conselho reconhece progressos insuficientes na concretização das metas de 2030, alertando para o estado preocupante da natureza, da biodiversidade e para os riscos climáticos em níveis críticos.

Entre as medidas destacadas nas conclusões, apela-se à integração da resiliência climática em todas as políticas da UE, ao reforço das soluções baseadas na natureza e à criação de um quadro jurídico comum para apoiar a adaptação às alterações climáticas.

No domínio da economia circular, o Conselho defende um quadro legislativo mais robusto e incentivos claros para promover a reciclagem, a utilização de matérias-primas secundárias e a eliminação de substâncias tóxicas. Reforça ainda a importância de produtos mais duráveis, reparáveis e sustentáveis, em linha com o novo [regulamento sobre a conceção ecológica de produtos sustentáveis \(ESPR\)](#).

Pode obter [aqui](#) mais informações.

## Entra em vigor nova legislação da UE para combater a poluição por microplásticos

Entraram em vigor as [novas regras da União Europeia para prevenir a poluição por microplásticos resultante da perda de pellets de plástico](#), um elemento central da estratégia europeia para reduzir as emissões de microplásticos na origem. O regulamento visa garantir condições equitativas no mercado único, incentivar práticas industriais mais limpas e apoiar a transição para uma economia sustentável.

As novas regras serão aplicadas a todos os operadores que manuseiam cinco toneladas ou mais por ano, incluindo fabricantes, recicladores, armazenistas e transportadores.

As empresas abrangidas deverão evitar, conter e limpar perdas de pellets, além de implementar planos de gestão de riscos adaptados à dimensão das suas operações. Segundo a nova legislação, as grandes e médias empresas que movimentam mais de 1500 toneladas anuais terão também de obter um certificado de conformidade, enquanto as pequenas e microempresas seguirão um regime simplificado.

A Comissão Europeia irá desenvolver até dezembro de 2026 materiais de formação e sensibilização e trabalhará com entidades de normalização para criar normas harmonizadas que permitam estimar e reduzir as perdas de pellets.

### **Comissão no bom caminho para cumprir os objetivos de neutralidade climática para 2030**

Segundo um [relatório de avaliação](#) publicado sobre os progressos da UE em matéria de ecologização, a Comissão Europeia está bem encaminhada para cumprir as metas de neutralidade climática até 2030.

O documento refere que, até 2024, a pegada de carbono global da Comissão caiu 31% em relação a 2019, tendo sido registadas diminuições significativas em emissões de edifícios (-26%), deslocações de pessoal (-49%) e viagens de peritos externos (-59%). Apesar dos progressos alcançados, o relatório refere que a meta global continua a ser ambiciosa e exige esforços adicionais para atingir uma redução de CO<sub>2</sub> de 60% nas emissões da Comissão entre 2005 e 2030, com compensação de emissões remanescentes através remoções de carbono de alta qualidade.

Entre os próximos passos, a Comissão continua a perseguir a meta de reduzir as viagens profissionais em 50% até 2030 e a cumprir as ações previstas na [Comunicação da Comissão sobre a ecologização](#), adotada em 2022.

### **Lei sobre a desflorestação: Parlamento aprova alterações para adiar e simplificar medidas**

O Parlamento Europeu aprovou alterações à [lei da desflorestação da UE](#), com a adoção de medidas que visam atrasar o início da sua aplicação e simplificar os requisitos para facilitar a transição. As alterações foram aprovadas com 405 votos a favor, 242 contra e 8 abstenções, tendo sido previamente acordadas informalmente com os Estados-Membros em [4 de dezembro de 2025](#) e procuram garantir uma implementação eficiente da legislação.

Entre as principais alterações, destaca-se a extensão dos prazos para o cumprimento das novas regras. Os grandes operadores e comerciantes terão até 30 de dezembro de 2026 para aplicar o regulamento, enquanto os pequenos operadores, incluindo particulares e empresas com menos de 50 empregados e volume de negócios inferior a 10 milhões de euros, terão até 30 de junho de 2027 para aplicar o regulamento. Essa dilatação no prazo procura dar tempo às empresas para melhorar os sistemas de declaração eletrónica de diligência devida.

Além disso, a lei foi simplificada para facilitar o cumprimento, com os micro e pequenos operadores a serem obrigados a apresentar apenas uma declaração única e simplificada. Apenas as empresas que colocam um produto relevante pela primeira vez no mercado da UE ficarão responsáveis por garantir a diligência devida nas declarações.

O próximo passo passa pela aprovação final pelo Conselho e pela publicação no Jornal Oficial da UE, esperando-se que as alterações entrem em vigor antes do final de 2025.

Pode conhecer [aqui](#) as alterações legislativas com mais detalhe.

### **Comissão reforça o Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço**

A Comissão Europeia propôs fortalecer o Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM) com medidas para evitar evasão e expandir o regime a partir de 2028. O destaque é a extensão do âmbito aos produtos a jusante intensivos em aço e alumínio, incluindo cerca de 180 bens, como máquinas e aparelhos, para assegurar que as emissões sejam reduzidas na cadeia de valor da UE.

Entre as propostas estão também novas salvaguardas para combater a evasão, regras de rastreabilidade mais rígidas e a aceitação de equivalência na dedução do preço do carbono, além de facilitar o comércio com acordos de reconhecimento mútuo entre autoridades. O objetivo é manter condições de concorrência equitativas entre produtores da UE e importadores, e incentivar a descarbonização além-fronteiras.

Para mitigar a fuga de carbono e proteger a indústria europeia, a Comissão lançou um fundo temporário de descarbonização que reembolsa parte dos custos de carbono do EU-ETS, financiado por recursos dos Estados-Membros e pela UE. O relatório de revisão do CBAM, que cobre a fase de transição de 2023-2025, aponta o CBAM como ferramenta central para fixação de preços de carbono globais e como impulso à cooperação internacional em descarbonização, preparando o terreno para um regime definitivo a partir de 2026.

Pode conhecer [aqui](#) melhor as medidas propostas.



### **Coesão e solidariedade interna da UE**

#### **A Comissão aprova compensação dinamarquesa de até 77 milhões de euros à Post Danmark**

A Comissão Europeia aprovou, sob as regras de auxílios estatais da UE, uma compensação de até 77 milhões de euros à Post Danmark A/S. O montante destina-se a cobrir os custos herdados decorrentes da demissão de 429 antigos funcionários públicos, atualmente empregados sob condições especiais.

A medida tem como objetivo evitar que encargos financeiros ligados a despedimentos afetem a atividade de encomendas da Post Danmark, que continua em funcionamento e é vital para a manutenção da rede postal nacional e o cumprimento de serviços essenciais de entrega. Os trabalhadores afetados tinham direito a três anos de indemnização por despedimento devido à passagem dos serviços postais para regimes diferentes.

Além de preservar a competição no setor de entregas, a aprovação enquadra-se no objetivo mais amplo de garantir a sustentabilidade financeira de serviços públicos essenciais sem distorcer o comércio dentro da UE. A decisão baseia-se no artigo [107.º, n.º 3, alínea c\), do TFUE](#),

considerado adequado e proporcional para apoiar a continuidade dos serviços de encomendas enquanto se evita um ônus adicional para outras empresas do setor

A medida tem como objetivo evitar que encargos financeiros ligados a despedimentos afetem a atividade de encomendas da Post Danmark, que continua em funcionamento e é vital para a manutenção da rede postal nacional e o cumprimento de serviços essenciais de entrega. Os trabalhadores afetados tinham direito a três anos de indemnização por despedimento devido à passagem dos serviços postais para regimes

Pode saber [aqui](#) mais.

### **Comissão Europeia prevê emitir 90 mil milhões de euros em obrigações no primeiro semestre de 2026**

A Comissão Europeia anunciou que planeia emitir até 90 mil milhões de euros em obrigações da UE no primeiro semestre de 2026, elevando o volume total em circulação para cerca de 800 mil milhões de euros até junho do próximo ano.

Os fundos angariados irão servir para financiar empréstimos aos Estados-Membros no âmbito do programa [NextGenerationEU](#), bem como apoios à aquisição de capacidades de defesa através do novo instrumento [Ação de Segurança para a Europa \(SAFE\)](#). Parte dos recursos será também destinada ao [Mecanismo para a Ucrânia](#), ao [Mecanismo de Reforma e Crescimento para os Balcãs Ocidentais](#) e a empréstimos de assistência macrofinanceira para países vizinhos da UE.

Todas as emissões serão realizadas segundo a abordagem de financiamento unificada da Comissão, que combina instrumentos de curto e longo prazo e ajusta os volumes conforme as necessidades semestrais de financiamento. A Comissão adiantou ainda que continuará a emitir obrigações verdes NextGenerationEU, utilizadas para apoiar projetos climáticos no âmbito do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência \(MRR\)](#).

Pode saber mais [aqui](#).



## Cultura e Comunicação

### **Larnaca junta-se a Leuven e Nikšić como Capital Europeia da Cultura 2030**

A cidade de Larnaca foi recomendada para se tornar Capital Europeia da Cultura 2030 em Chipre. A cidade irá juntar-se a Leuven, na Bélgica, e a Nikšić, em Montenegro, como Capitais Europeias da Cultura anunciadas este ano.

A Comissão Europeia pode atribuir a cada Capital Europeia da Cultura um prémio de 1,5 milhões de euros, financiado ao abrigo do programa Europa Criativa, em reconhecimento da qualidade do seu processo de preparação. Ao receber este título, as cidades beneficiam de um impacto duradouro e positivo, atraem turismo e eventos culturais, promovem investimentos e a inclusão social, como evidenciado por uma avaliação recente da UE.

A iniciativa traz um impacto duradouro e positivo, desde o aumento do turismo e da oferta cultural até à promoção do investimento e da inclusão social. Entre 2013 e 2022, as cidades anfitriãs organizaram em média entre 1.000 a 1.200 atividades culturais anualmente, atraindo 38,5 milhões de pessoas. O número de visitantes aumentou em média entre 30% e 40% nas cidades selecionadas.

Larnaca é a segunda cidade do país a receber este título, depois de Pafos em 2017. Para contrariar as crises globais em curso, o programa cultural de Larnaca pretende trazer de volta o foco para a 'anthropia' – o princípio fundamental de ser humano – como um terreno comum. Assim, através da exploração de um 'Terreno Comum' em todas as suas formas, seja física, mental ou emocional, a cidade deseja promover a união, a vulnerabilidade e o cuidado.

As cidades candidatas devem apresentar um programa cultural com uma forte dimensão europeia, envolver as comunidades locais, atrair visitantes de toda a Europa e demonstrar tanto um impacto duradouro como a capacidade de execução.

Criadas em 1985 a partir de uma ideia da então Ministra da Cultura da Grécia, Melina Mercouri, as Capitais Europeias da Cultura tornaram-se um dos projetos culturais mais ambiciosos da Europa. Proporcionam a oportunidade de celebrar a diversidade, envolver as comunidades e promover o desenvolvimento local e regional antes, durante e após o ano em que se detém o título.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações sobre as Capitais Europeias da Cultura.

### **Europa Criativa continua a impulsionar e aumentar a visibilidade das obras culturais da UE**

A Comissão adotou um relatório sobre a avaliação da Europa Criativa, o principal programa da UE para cultura e meios de comunicação social. O documento analisa a avaliação final do período 2014-2020 e a avaliação intercalar do programa atual, destacando que a Europa Criativa fomentou a diversidade cultural e fortaleceu a competitividade dos setores cultural, criativo e audiovisual.

O relatório indica que o financiamento dirigido aos meios de comunicação social e aos setores cultural e criativo deverá continuar a adaptar-se aos desafios de mercado, tecnológicos e outros que estas áreas enfrentam.

Pode consultar [aqui](#) o relatório.



## Eurodeputados aprovam novas medidas para reforçar a prontidão da defesa europeia

Na sequência do pacote de simplificação para a defesa [Omnibus V](#), quatro comissões (ENVI, IMCO, ITRE e SEDE) do Parlamento Europeu aprovaram propostas para acelerar o investimento na defesa e a resposta da UE aos desafios de segurança. O objetivo é facilitar até 800 mil milhões de euros em investimentos nos próximos quatro anos, sob o Plano ReArm Europe/Prontidão 2030, de modo a fortalecer a capacidade de resposta dos Estados-Membros e da indústria de defesa.

Entre as medidas apresentadas pelos eurodeputados, destacam-se: a aceleração das licenças para projetos de defesa, fixando o prazo de decisão em 50 dias úteis, a simplificação de transferências intracomunitárias de produtos de defesa e a celebração de contratos públicos mais diretos, a facilitação de investimentos para a indústria da defesa, corrigindo regras do Fundo Europeu de Defesa (FED) para favorecer PME e clarificando a aplicação de leis ambientais e químicas, como o [REACH](#), a atividades de defesa. Foi ainda aprovado um projeto que visa a permissão para que projetos financiados pelo Fundo Europeu de Defesa possam ser testados na Ucrânia, mantendo flexibilidade para os produtos de dupla utilização.

O projeto da aceleração de licenças foi aprovado com 62 votos a favor, 6 votos contra e 11 abstenções. A proposta referente às transferências intracomunitárias e simplificação de contratos foi aprovada com 59 votos a favor, 13 votos contra e 7 abstenções. O projeto que visa a facilitação de investimentos na defesa e condições da indústria passou com 137 votos a favor, 30 votos contra e 21 abstenções.

Com as aprovações asseguradas, o próximo passo envolve negociações com a Presidência cipriota do Conselho para definir a versão final do texto.

Pode saber mais [aqui](#).

## Parlamento Europeu acelera aprovação do empréstimo de reparação à Ucrânia

O Parlamento Europeu aprovou a aplicação do [procedimento de urgência](#) para acelerar a análise do [empréstimo de reparação à Ucrânia](#), proposto pela Comissão Europeia. O texto será votado na sessão plenária de janeiro de 2026, com o objetivo de apoiar financeiramente a reconstrução e a defesa da Ucrânia após a invasão russa.

A proposta prevê que o empréstimo seja financiado através dos lucros e saldos de caixa gerados pelos ativos estatais russos congelados na UE, funcionando como um novo instrumento de apoio financeiro. Os fundos destinam-se a sustentar o orçamento do Estado ucraniano, incluindo a indústria de defesa e a integração do país na Base Industrial de Defesa Europeia, complementando os mecanismos de cooperação e empréstimo já existentes.

Com a aprovação do procedimento acelerado, os eurodeputados deverão adotar uma posição formal sobre a proposta durante a plenária de 19 a 22 de janeiro de 2026, abrindo caminho para as negociações com os Estados-Membros no Conselho da UE.

Pode saber mais [aqui](#).

O processo faz parte de um pacote mais amplo de apoio europeu à Ucrânia, que será debatido pelos chefes de Estado e de Governo da UE na cimeira de Bruxelas de 18 e 19 de dezembro de 2025. O objetivo é alcançar um compromisso político que permita a rápida disponibilização do financiamento ainda no início de 2026.

## Comissão atribui mil milhões de euros para impulsionar a investigação e o desenvolvimento

A Comissão Europeia anunciou um investimento de mil milhões de euros em projetos de investigação e desenvolvimento colaborativos no domínio da defesa, através do [Programa de Trabalho do Fundo Europeu de Defesa](#) (FED) para 2026. O objetivo é reforçar a inovação europeia e potenciar capacidades de defesa por meio de uma abordagem coletiva entre os Estados-Membros.

Desde o lançamento do Fundo Europeu de Defesa em 2021, já foram apoiados 224 projetos com um total próximo de 4 mil milhões de euros, no sentido de promover a cooperação e o desenvolvimento de tecnologias de defesa partilhadas.

O programa de 2026 prevê financiamento para 31 temas de I&D colaborativos, cobrindo capacidades defensivas críticas, tecnologias futuras e inovação no setor. Mantém o apoio significativo a pequenas e médias empresas (PMEs) e a empresas de média capitalização. Em linha com a [Estratégia Industrial Europeia de Defesa](#), no Programa de Trabalho do Fundo Europeu de Defesa (FED) também está prevista a introdução de medidas para acelerar e simplificar os ciclos de inovação, com particular atenção a tecnologias disruptivas.

## Eurodeputados defendem a criação de um espaço Schengen militar para ajudar a resistir a uma potencial agressão russa

Durante a sessão plenária do Parlamento desta semana, os eurodeputados da Comissão dos Transportes (TRAN) votaram uma resolução apresentada, na qual apoiam a ideia de um “Schengen militar” para facilitar a mobilidade de tropas e equipamento dentro da União Europeia, defendendo a eliminação de fronteiras internas para um tráfego transfronteiriço mais rápido e a aceleração na construção de infraestruturas críticas como pontes, túneis e redes ferroviárias. A resolução ressalta que a mobilidade militar é essencial não apenas para a defesa comum, mas também para a segurança dos países da frente oriental, especialmente os estados Bálticos e a Polónia, ante potenciais ameaças externas.

Na resolução, os eurodeputados pedem um aumento significativo do financiamento para mobilidade militar, em reação à proposta da Comissão de manter o orçamento acima de 17 mil milhões de euros no próximo Quadro Financeiro Plurianual. Recomendam simplificar os procedimentos para projetos de dupla utilização e investir na modernização de quatro corredores de mobilidade, além de estabelecer um espaço militar Schengen gerido por um coordenador europeu. A cooperação entre a UE e a OTAN também seria uma componente importante, com a chamada para exercícios conjuntos regulares e para que tropas de reação rápida atravessem as fronteiras internas em três dias (em contexto de paz) ou 24 horas (num cenário de crise).

O texto, aprovado por 493 votos a favor, 127 contra e 38 abstenções. Os eurodeputados das Comissões dos Transportes e da Defesa vão agora iniciar o seu trabalho legislativo sobre o pacote de mobilidade militar apresentado pela Comissão Europeia em novembro.

Pode obter [aqui](#) mais informações.

### **Parlamento Europeu condena ataques híbridos da Bielorrússia contra a Lituânia e pede novas sanções**

O Parlamento Europeu denunciou a crescente campanha de ataques híbridos conduzida pela Bielorrússia contra a Lituânia e a União Europeia, condenando as incursões de drones e balões no espaço aéreo lituano, os ciberataques, as campanhas de desinformação e a utilização da migração como instrumento de pressão política. A resolução, aprovada por 438 votos a favor, 37 contra e 48 abstenções, considera que estas ações são coordenadas, deliberadas e partem de uma estratégia mais ampla, conduzida com o apoio da Rússia, para minar a estabilidade da UE e da NATO.

Os eurodeputados expressaram total solidariedade com a Lituânia e reafirmaram o seu direito a adotar medidas defensivas proporcionadas. O Parlamento exigiu que a Bielorrússia cesse todas as atividades híbridas, liberte de imediato os transportadores europeus detidos, devolva os bens confiscados e compense as perdas financeiras causadas. Os deputados criticaram também a decisão dos Estados Unidos de aliviar parcialmente as sanções contra a Bielorrússia, sublinhando que a UE continua a não reconhecer a legitimidade do regime de Aliaksandr Lukashenka.

A resolução apela à introdução de novas sanções específicas contra responsáveis e entidades bielorrussas envolvidas em operações híbridas. Defende ainda o reforço da cooperação entre a UE e a NATO em matéria de segurança aérea, ciberdefesa e proteção das fronteiras orientais. Os eurodeputados apoiam iniciativas como a defesa europeia contra drones e a Vigilância do Flanco Oriental, e defendem uma colaboração mais estreita com a Ucrânia no desenvolvimento de tecnologias de combate a drones e na proteção contra ameaças híbridas.

Por fim, os eurodeputados sublinham a importância de combater a desinformação de origem bielorrussa e de fortalecer a resiliência das sociedades europeias face a estas ameaças.

Pode saber mais [aqui](#).

### **UE adota medidas para impulsionar investimentos em defesa e acelerar integração da Ucrânia**

O Conselho da União Europeia aprovou formalmente o [regulamento que visa incentivar e simplificar os investimentos em defesa](#) no âmbito do Plano Rearmar a Europa, que visa reforçar a capacidade industrial do bloco para fazer face aos atuais desafios geopolíticos. A medida responde aos apelos do Conselho Europeu para facilitar o uso de fundos da UE em projetos de defesa e tecnologias de dupla utilização, tornando o financiamento mais rápido e flexível.

O novo regulamento altera cinco programas-chave: Europa Digital, Fundo Europeu de Defesa, Mecanismo Interligar a Europa, Plataforma STEP e Horizonte Europa, para permitir que contribuam de forma mais eficaz para projetos ligados à segurança e à defesa. Entre as novidades, destaca-se a associação da Ucrânia ao Fundo Europeu de Defesa, que abre caminho para a sua participação em futuras iniciativas de investigação e desenvolvimento no setor.

Além disso, o programa Horizonte Europa passa a poder apoiar empresas que desenvolvem tecnologias de dupla utilização, sem comprometer o seu foco civil. O Conselho aprovou o regulamento por procedimento escrito, após o [voto favorável do Parlamento Europeu em 16 de dezembro](#). As novas regras entrarão em vigor no dia seguinte à sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

### **SAFE: os Estados membros apoiam o acordo sobre a participação do Canadá**

Os representantes dos Estados-Membros aprovaram hoje o acordo bilateral com o Canadá ao abrigo do regulamento ‘Ação de Segurança para a Europa’ (SAFE).

O Canadá será o primeiro país fora da Europa a participar no instrumento SAFE, o instrumento de defesa de 150 mil milhões de euros que apoia os Estados-Membros da UE que desejem investir na produção industrial de defesa através de aquisições comuns, com foco em capacidades prioritárias.

Isto reflete a ambição partilhada da UE e do Canadá de aprofundar os seus laços de segurança e defesa e de fortalecer ainda mais a cooperação conjunta na defesa, conforme estabelecido na Parceria de Segurança e Defesa assinada na Cimeira Canadá-UE em 23 de junho de 2025.

Pode ficar a saber [aqui](#) mais detalhes deste acordo.



## O Conselho decide proibir a transferência de ativos congelados do Banco Central da Rússia de volta para a Rússia

O Conselho [decidiu](#) proibir, de forma temporária, qualquer transferência de ativos do Banco Central da Rússia imobilizados na UE de volta para a Rússia. Esta decisão foi tomada como uma questão de urgência para limitar os danos à economia da União.

Na ausência de tal proibição, quaisquer recursos adicionais seriam utilizados diretamente pela Rússia para financiar a sua guerra de agressão contra a Ucrânia, com consequências graves para a economia da União Europeia e dos seus Estados-Membros. Isso agravaría o risco de uma escalada de atividades híbridas beligerantes direcionadas contra os Estados-Membros e no território da UE, aprofundando assim as dificuldades económicas na União. Também existiria o risco de prolongar e agravar a incerteza económica e de exigir uma resposta fiscal maior por parte dos Estados-Membros.

Concretamente, o regulamento acordado proíbe, temporariamente, qualquer transferência direta ou indireta de ativos ou reservas do Banco Central da Rússia, ou de qualquer pessoa coletiva, entidade ou organismo que atue em nome, ou sob a direção, do Banco Central da Rússia, como o Fundo Nacional de Riqueza da Rússia.

As medidas são temporárias e devem ser mantidas enquanto a disponibilização de recursos financeiros e outros recursos significativos à Rússia para continuar as suas ações no contexto da sua guerra de agressão contra a Ucrânia representar, ou ameaçar representar, sérias dificuldades económicas dentro da União e dos Estados-Membros e o risco de causar uma deterioração adicional significativa da situação económica na União e nos Estados-Membros persistir.

## UE decide prolongar sanções à Venezuela por mais um ano

O Conselho Europeu decidiu prolongar, até 10 de janeiro de 2027, as medidas restritivas já em vigor contra a Venezuela. O objetivo é manter a pressão diplomática face às violações de direitos humanos e ao agravamento da crise democrática observados após as eleições de julho de 2024.

Atualmente, 69 indivíduos continuam sob congelamento de ativos, restrições de acesso a fundos e proibições de viagem dentro da União Europeia.

Aplicadas desde novembro de 2017, as sanções contra a Venezuela visam pressionar reformas políticas e proteger a sociedade civil venezuelana, sendo realizadas avaliações periódicas para verificar progressos realizados nas reformas do país.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações.

## UE amplia sanções à Bielorrússia por ações híbridas

O Conselho Europeu expandiu o regime de sanções para abranger atividades híbridas contra Estados-Membros da UE.

Foi criado um novo critério para incluir na lista pessoas, entidades e organismos que planejam, dirigem, apoiam ou facilitam interferência externa na informação, dano às instituições democráticas, atividades económicas ou serviços de interesse público da UE. A medida também abrange entradas não autorizadas em território de Estados-Membros e ataques a infraestruturas críticas, bem como ações generalizadas que causem perturbação dessas estruturas.

Esta é uma decisão que também surge em resposta às recentes incursões de balões meteorológicos no espaço aéreo da Lituânia e que destaca a necessidade de instrumentos adicionais para dissuadir e punir atividades que afetem a segurança da UE e dos seus Estados-Membros.

Pode obter [aqui](#) mais informações.

## UE sanciona nove facilitadores da frota fantasma da Rússia

O Conselho impôs sanções a cinco indivíduos e quatro entidades ligados à frota fantasma da Rússia e à sua cadeia de valor, visando reduzir as receitas do Governo russo através do contorno às sanções económicas da UE.

Os indivíduos são empresários ligados, direta ou indiretamente, às estatais Rosneft e Lukoil, que controlam navios que transportam petróleo bruto ou derivados, muitas vezes com origem oculta e associados a operações de transporte marítimo de alto risco.

As entidades sancionadas são empresas de transporte marítimo com sede nos Emirados Árabes Unidos, Vietname e Rússia, que operam petroleiros envolvidos em práticas de transporte de alto risco, ligadas à frota fantasma. Essas pessoas e organizações enfrentam congelamento de ativos e proibição de disponibilizar fundos na UE. Os indivíduos também ficam proibidos de entrar ou transitar pela UE.

Os atos jurídicos relevantes foram publicados no Jornal Oficial da UE.

Pode saber mais [aqui](#).

## Conselho impõe sanções a 12 indivíduos e 2 entidades por ameaças híbridas russas

O Conselho adotou novas medidas restritivas contra doze pessoas e duas entidades, em resposta às atividades híbridas da Rússia, incluindo manipulação de informação e ciberataques contra a UE, os seus Estados-Membros e parceiros. Entre os sancionados estão analistas ligados a instituições de reflexão próximas ao Kremlin, influenciadores pró-Rússia e ex-militares ou agentes da polícia ocidental. De entre as entidades visadas destacam-se o Movimento Internacional Russófilo e o 142.º Batalhão Separado de Guerra Eletrônica, responsável por desorganizar sistemas de comunicação e por indicar falhas de GPS em alguns Estados-Membros.

As sanções incluem congelamento de bens para as pessoas e a proibição de disponibilizar fundos a todas as entidades, além da proibição de viagem para os indivíduos.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações.

### **UE impõe sanções a três indivíduos e uma entidade do Haiti por violência de gangues**

O Conselho adotou medidas restritivas contra três haitianos e uma entidade, em resposta à escalada da violência de gangues e às graves violações dos direitos humanos no país. As novas medidas visam punir atividades ligadas à prática de assaltos, sequestros, assassinatos e outras formas de violência, associadas a redes criminosas que operam no Haiti.

Pode saber mais [aqui](#).

### **Nono Conselho de Associação UE–Líbano (Bruxelas, 15 de dezembro de 2025)**

A União Europeia e o Líbano realizaram em Bruxelas a nona reunião do Conselho de Associação UE–Líbano. Ambas as partes analisaram o estado das relações UE–Líbano e reafirmaram o seu compromisso comum em reforçar a parceria bilateral no âmbito do Acordo de Associação e das prioridades de parceria.

Pode consultar [aqui](#) a nota de imprensa conjunta que difundiram no final da reunião.

### **Comissão assina a Convenção que institui a Comissão Internacional de Indemnizações para a Ucrânia em nome da UE**

Esta semana a Comissão Europeia, representada pela vice-presidente Kaja Kallas e pelo comissário para a Democracia, Justiça, Estado de Direito e Proteção dos Consumidores, Michael McGrath, assinaram a Convenção que institui a Comissão Internacional de Indemnizações para a Ucrânia em nome da UE. A assinatura constitui um marco importante nos esforços da UE para garantir a responsabilização e a justiça para a Ucrânia e o povo ucraniano, de modo a assegurar que as vítimas da brutal guerra de agressão da Rússia sejam devidamente indemnizadas. A assinatura teve lugar no contexto de uma conferência diplomática organizada pelo Conselho da Europa e pelos Países Baixos, que contou com a presença do Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskyy.

Operando no âmbito do Conselho da Europa, a Comissão de Reclamações será responsável por analisar, avaliar e decidir sobre os pedidos de indemnização por danos, perdas ou lesões causadas pela Rússia na Ucrânia. Esta Comissão será também responsável por determinar o montante da indemnização devida em cada caso. A Comissão de Reclamações baseia-se no trabalho realizado pelo Registo de Danos, criado em 2023 para registar os pedidos de indemnização elegíveis. Além disso, a Comissão está a discutir com os seus parceiros internacionais as vias legais para criar um fundo de indemnização que garanta que a Rússia indemne diretamente a Ucrânia pelos danos causados.

A Comissão de Reclamações irá garantir a efetiva aplicação dos princípios da justiça, da responsabilização e dos direitos das vítimas na obtenção de indemnizações para a Ucrânia e garantir que estes sejam respeitados em conformidade com o quadro jurídico internacional.

Após a assinatura da Convenção, a UE e os seus Estados-Membros irão proceder à sua ratificação.

Pode saber mais [aqui](#).

### **União Europeia atribui 29 milhões de euros para apoiar vítimas da crise em Myanmar e refugiados rohingya**

A União Europeia anunciou a atribuição de 29 milhões de euros em novos financiamentos para responder à crise humanitária em Mianmar e apoiar os refugiados rohingya no Bangladesh e em países vizinhos. Deste montante, 15 milhões serão destinados à ajuda humanitária em Mianmar e 14 milhões ao desenvolvimento e integração das comunidades deslocadas.

Os recursos serão aplicados no fornecimento de alimentos, nutrição, água, saneamento e serviços essenciais. Em Mianmar, 12 milhões de euros serão aplicados diretamente no apoio às populações mais vulneráveis, enquanto 2 milhões irão contribuir para reforçar a assistência alimentar e nutricional aos refugiados rohingya no Bangladesh. Outro milhão de euros financiará a ajuda aos refugiados deslocados noutros países da região.

A nova verba soma-se aos quase 50 milhões de euros já mobilizados pela UE este ano para a resposta humanitária em Mianmar e ao financiamento de emergência concedido após o terramoto de março, além de 32 milhões de euros adicionais de apoio ao Bangladesh. A ajuda europeia visa também promover a resiliência e a autossuficiência das comunidades afetadas.

No âmbito da cooperação para o desenvolvimento, os 14 milhões de euros destinam-se a programas de formação, empregabilidade e meios de subsistência nos campos de refugiados de Cox's Bazar, no Bangladesh, onde foram registadas mais de 136 000 novas chegadas desde o início de 2024.

### **Assistência macrofinanceira da UE de 3 mil milhões de euros impulsiona reformas e recuperação pós-pandemia**

A Comissão Europeia publicou a [avaliação ex post do pacote excepcional de assistência macrofinanceira](#) (AMF) da União Europeia, no valor de 3 mil milhões de euros, criado em 2020 para apoiar países parceiros durante a pandemia de COVID-19. O programa beneficiou dez países, incluindo Albânia, Geórgia, Ucrânia e Tunísia, tendo ajudando-os a enfrentar a crise económica e a preservar serviços públicos essenciais.

O relatório conclui que o pacote foi uma resposta rápida, bem direcionada e altamente eficaz ao choque económico global, proporcionando alívio orçamental crucial e apoio à estabilidade macroeconómica num período de forte pressão fiscal. O desenho do programa combinou urgência e impacto político, promovendo reformas estruturais alinhadas com as prioridades nacionais e com a perspetiva de adesão à União Europeia.

De acordo com a avaliação, o pacote cumpriu integralmente os seus objetivos e reforçou o papel da União Europeia como parceiro fiável e solidário em tempos de crise. A experiência demonstrou o valor estratégico da AMF como instrumento flexível capaz de responder a choques económicos, apoiar reformas e promover a estabilidade nas regiões vizinhas da União.

### **Parlamento Europeu apela a uma cooperação mais forte entre a UE e a Arábia Saudita**

O Parlamento Europeu aprovou um relatório que apela a uma cooperação mais forte entre a União Europeia e a Arábia Saudita, reconhecendo o papel geopolítico crescente de Riade no Médio Oriente. O texto sublinha a necessidade de aprofundar as relações políticas, diplomáticas e económicas, com base no respeito pelo direito internacional e pelos direitos humanos. A resolução foi aprovada por 417 votos a favor, 131 contra e 108 abstenções.

Os eurodeputados defendem o início de negociações para uma parceria estratégica que formalize o compromisso bilateral e permita reforçar a cooperação em áreas como a política externa e de segurança, especialmente num contexto de tensões regionais. Destacam ainda o potencial económico nas áreas da energia sustentável, matérias-primas essenciais, tecnologias da informação e empreendedorismo.

O relatório reconhece os progressos alcançados pela Arábia Saudita em matéria de emancipação feminina e participação da sociedade civil, embora realce a importância de continuar as reformas e alinhar-se com as normas internacionais de direitos humanos. A defesa das liberdades fundamentais é apontada como elemento central da futura cooperação.

Os eurodeputados destacam também o papel crescente da Arábia Saudita como ator diplomático regional, com contributos para a estabilidade no Médio Oriente e para a segurança marítima internacional. O Parlamento incentiva uma colaboração mais estreita com a operação militar [EUNAVFOR ASPIDES](#) e com os Estados-Membros da UE em matéria de informações e combate ao terrorismo, de modo a assegurar o cumprimento das normas internacionais em matéria de direitos humanos.

Pode saber mais [aqui](#).

### **UE e o Montenegro encerram provisoriamente mais cinco capítulos nas negociações de adesão**

A União Europeia (UE) e Montenegro encerraram provisoriamente mais cinco capítulos das negociações de adesão: 3 (direito de estabelecimento e livre prestação de serviços), 4 (livre circulação de capitais), 6 (direito das sociedades), 11 (agricultura e desenvolvimento rural) e 13 (pescas). A decisão foi anunciada na 24.ª reunião da Conferência de Adesão, realizada esta semana.

O capítulo 5, relacionado a contratos públicos, já tinha sido encerrado provisoriamente numa sessão anterior, em 27 de junho de 2025. O acompanhamento do progresso do alinhamento com o acervo da UE e da sua aplicação continuará ao longo do processo de negociações, com a possibilidade de reabrir estes capítulos no momento oportuno, se necessário.

Montenegro abriu todos os 33 capítulos de negociação no âmbito da sua candidatura à UE.

Com o encerramento provisório, doze capítulos já estão formalmente encerrados provisoriamente. Segundo os princípios aprovados pela Conferência de Adesão, os acordos alcançados nos capítulos, mesmo que parciais, não são considerados definitivos até que exista um acordo global que cubra todos os capítulos.

Pode conhecer mais detalhes sobre as negociações em curso [aqui](#).

### **UE aumenta o financiamento para proteger os trabalhadores humanitários com 4,35 milhões de euros**

A União Europeia anunciou um reforço de 4,35 milhões de euros para a iniciativa “[Proteger os Trabalhadores Humanitários](#)”, com o objetivo de aumentar a proteção do pessoal humanitário que atua em zonas de alto risco. O financiamento adicional destina-se a apoiar trabalhadores que enfrentam incidentes críticos no desempenho das suas funções, com especial atenção aos profissionais locais, que enfrentam maior exposição à violência e a ameaças diretas.

Este impulso de financiamento chega num contexto de crescente risco para quem trabalha em ambientes de conflito e desastres. O programa «Protect Aid Workers», já ativo, beneficia organizações humanitárias com subsídios para medidas de proteção, apoio jurídico e assistência pós-incidente, tendo já apoiado mais de 450 trabalhadores humanitários e as suas famílias desde o seu arranque.

Pode saber mais [aqui](#).

### **Cimeira UE-Balcãs Ocidentais**

A Cimeira UE-Balcãs Ocidentais realizou-se em Bruxelas, na Bélgica, no passado dia 17 de dezembro de 2025. Pode consultar [aqui](#) a versão integral da “Declaração de Bruxelas” acordada.

### **Eurodeputados condenam violações de direitos humanos no Azerbaijão, Nigéria e Guiné-Bissau**

Durante a sessão plenária desta semana, os eurodeputados aprovaram resoluções nas quais condenam diversas situações de desrespeito dos direitos humanos atualmente verificadas no Azerbaijão, Nigéria e Guiné-Bissau.

Pode conhecer [aqui](#) melhor as posições do Parlamento relativamente a cada um dos casos.

### **Parlamento Europeu rejeita tomada constitucional do poder na Guiné-Bissau**

O Parlamento Europeu aprovou, por 500 votos a favor, nenhum contra e 42 abstenções, uma resolução que condena de forma categórica o golpe militar ocorrido na Guiné-Bissau em 26 de novembro de 2025. Os eurodeputados rejeitam a tomada constitucional do poder pelos militares e apelam ao restabelecimento imediato da ordem constitucional e do processo eleitoral legítimo no país.

Na resolução, o Parlamento insta à realização de uma investigação independente sobre as graves violações dos direitos humanos registadas e exige que os responsáveis pelo golpe sejam levados à justiça. O texto recorda que a intervenção militar aconteceu apenas três dias após as eleições gerais, nas quais o principal partido da oposição, o PAIGC, foi impedido de participar, e na véspera da divulgação dos resultados oficiais.

Os eurodeputados pedem ainda a libertação imediata e incondicional dos líderes da oposição detidos e condenam o uso excessivo da força contra manifestantes e civis. Defendem igualmente que a comissão eleitoral guineense publique, sem interferência militar ou política, os resultados verificados do escrutínio.

Por fim, o Parlamento apela à União Europeia para que reavalie com urgência os seus acordos e programas de financiamento com a Guiné-Bissau, a fim de garantir que não beneficiem a junta militar nem outras estruturas autoritárias. Os deputados instam também o Conselho da UE a considerar a imposição de sanções contra os responsáveis pelo golpe e pelas violações dos direitos humanos.

Pode saber mais [aqui](#).

### **UE sanciona 41 navios da frota fantasma russa para travar financiamento da guerra na Ucrânia**

O Conselho da União Europeia impôs novas medidas restritivas contra 41 navios pertencentes à chamada “frota paralela” da Rússia, elevando para cerca de 600 o número total de embarcações sancionadas. Estes navios, utilizados para contornar o limite de preço do petróleo e sustentar o setor energético russo, passam a estar proibidos de aceder a portos da UE e de receber serviços marítimos, incluindo transporte, fornecimento e assistência técnica.

Segundo o Conselho, a decisão visa atingir petroleiros e embarcações envolvidas no transporte de equipamento militar para a Rússia ou no desvio de cereais e bens culturais ucranianos. A medida está alinhada com ações recentes que incluíram nove facilitadores da frota fantasma russa e uma declaração conjunta da UE e dos seus Estados-Membros sobre a necessidade de aplicar plenamente o direito internacional do mar e proteger infraestruturas submarinas críticas.

Desde o início da invasão em 2022, a UE tem vindo a reforçar o regime de sanções contra a Rússia, com o objetivo de enfraquecer a sua base económica e restringir a sua capacidade de sustentar a guerra de agressão contra a Ucrânia.

Pode obter [aqui](#) mais informações.

### **Comissão renova decisões para permitir o fluxo livre e seguro de dados pessoais com o Reino Unido**

A Comissão [renovou](#) as duas decisões de adequação de 2021 relativas ao livre fluxo de dados pessoais com o Reino Unido. As decisões asseguram que os dados pessoais podem continuar a circular livremente e em segurança entre o Espaço Económico Europeu (EEE) e o Reino Unido, uma vez que o quadro jurídico do Reino Unido contém garantias em matéria de proteção de dados que são essencialmente equivalentes às fornecidas pela UE.

A adoção das decisões de renovação segue o parecer do Comité Europeu para a Proteção de Dados e a luz verde dos Estados-Membros no chamado procedimento de comitologia.

As novas decisões estão sujeitas a uma cláusula de caducidade de seis anos, que decorre até 27 de dezembro de 2031, com possibilidade de renovação. A Comissão, juntamente com os representantes do [Comité Europeu para a Proteção de Dados](#), analisará o funcionamento das decisões de adequação após um período de quatro anos.



A Comissão Europeia anunciou multas totalizando 72 milhões de euros a três fabricantes europeus de baterias de arranque para automóveis — Exide, FET (incluindo Elettra) e Rombat — bem como à associação Eurobat, por participação num cartel de longa duração, em parceria com a Clarios (anterior JC Autobatterie). Destas empresas, apenas a Clarios não foi multada por ter tido benefício do programa de clemência.

A investigação mostrou que, entre 2005 e 2017, Clarios, Exide, FET, Rombat e Eurobat combinaram acordos anticoncorrenciais e práticas concertadas que influenciaram a venda de baterias de arranque a fabricantes de equipamento original (OEM) no Espaço Económico Europeu, levando a preços mais elevados no setor. Segundo consta no processo, o cartel utilizava prémios Eurobat, baseados no preço de compra do chumbo, para impor sobretaxas nos contratos com OEMs, prática ilegal quando coordenada entre concorrentes.

As sanções aplicadas tiveram em consideração a duração, a gravidade e alcance geográfico da infração, bem como as quotas de mercado, que resultaram em multas específicas para cada interveniente.

Pode conhecer [aqui](#) mais detalhes sobre o caso.

### **Transferências de dinheiro da UE para o exterior atingem 52,1 mil milhões de euros em 2024**

Segundo dados publicados pela agência Eurostat, em 2024, as transferências pessoais enviadas por lares da UE para famílias no estrangeiro atingiram um total 52,1 mil milhões de euros, que representam um aumento de 6% face a 2023 (49,2 mil milhões). Ao mesmo tempo, as entradas líquidas recebidas pela UE de residências dentro da UE somaram 14,8 mil milhões de euros, subindo 7% em relação a 2023 (13,8 mil milhões). O saldo global manteve-se negativo, com saídas a excederem as entradas, tendo resultado num saldo líquido de 37,3 mil milhões de euros a favor de países não pertencentes à UE.

Nos últimos cinco anos, as saídas têm crescido significativamente (aumento de 51%), enquanto as entradas cresceram 26%, que levaram a um aumento do desequilíbrio externo da UE no conjunto de transferências pessoais. Em 2024, 9 países da UE registaram excedentes líquidos, isto é, entradas superiores às saídas, com três deles apresentando excedentes superiores a 1% do PIB: Croácia (2,6% do PIB), Bulgária (1,3%) e Portugal (1,2%).

Entre os mecanismos de impacto, foi observado que Malta, Chipre, Bélgica e outros países enfrentaram défices de transferências em percentagem do PIB, refletindo dificuldades distintas na dinâmica de envio e recebimento de remessas.

Pode aceder [aqui](#) à estatística completa.

### **Tribunal de Contas Europeu aponta deficiências na luta contra a fraude na UE**

Um relatório do Tribunal de Contas Europeu (TCE) aponta graves falhas na arquitetura antifraude da UE, destacando falhas na troca de informações entre os principais organismos — Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), Procuradoria Europeia (EPPO), Eurojust e Europol — e entre estes e as autoridades nacionais. Segundo os auditores do TCE, estas falhas afetam o número, a qualidade e a rapidez das investigações, bem como a supervisão do orçamento da UE e a capacidade de recuperar recursos desviados.

Entre os números-chave, o TCE revela que, no período 2022-2024, o OLAF e a EPPO receberam 27 mil alegações de fraude, das quais apenas cerca de um terço foi alvo de investigação. A discrepância entre a quantidade de denúncias enviadas ao OLAF e à Procuradoria Europeia aponta para uma possível subutilização do mecanismo de avaliação pela EPPO, que tem competência para prosseguir ações criminalizadas no âmbito do orçamento da UE. Além disso, o relatório ressalva que o volume de comunicações duplicadas entre OLAF e EPPO aumenta a carga administrativa sem necessariamente ampliar a proteção orçamental.

Em termos de resultados, o OLAF recomendou reembolsos de 615 milhões de euros ao orçamento da UE em 2024, mas apenas 23 milhões já tinham sido recuperados até ao final daquele ano. Paralelamente, a EPPO congelou ativos no valor de 3 mil milhões de euros. O TCE também destaca a ausência de um mecanismo claro para monitorizar se as recuperações ordenadas pelos tribunais nacionais são efetivamente realizadas, o que compromete a avaliação do montante total recuperado e o impacto na proteção financeira da UE.

Os auditores do TCE sublinham ainda a necessidade de um novo sistema que simplifique o tratamento de alegações de fraude e de investigações, desde a apresentação de denúncias até à sua conclusão, com procedimentos mais harmonizados entre organismos da UE e autoridades nacionais.

A Comissão Europeia iniciou, em julho de 2025, uma revisão da arquitetura antifraude por meio de um livro branco, mas o TCE insiste que as reformas não poderão ficar no papel sem uma supervisão mais rígida e a criação de indicadores claros de desempenho.

Pode aceder [aqui](#) ao relatório publicado.

### **Parlamento Europeu aprova regras mais simples sobre sustentabilidade empresarial**

O Parlamento Europeu aprovou um acordo provisório com o Conselho da UE que simplifica as regras de relato de sustentabilidade e dever de diligência das empresas europeias. O objetivo é reduzir encargos administrativos, concentrar as obrigações nas empresas de maior dimensão e reforçar a competitividade da União Europeia.

Com as novas regras, apenas as empresas da UE com mais de 1 000 trabalhadores e um volume de negócios superior a 450 milhões de euros terão de apresentar relatórios sociais e ambientais. Os mesmos critérios aplicam-se às empresas estrangeiras com atividade económica

significativa na UE. A comunicação setorial passará a ser voluntária, e a Comissão criará um portal digital com modelos e orientações harmonizadas para facilitar o cumprimento.

As obrigações de diligência de sustentabilidade serão limitadas às grandes empresas com mais de 5 000 trabalhadores e volume de negócios superior a 1,5 mil milhões de euros, incluindo empresas de países terceiros com presença relevante no mercado europeu. Além disso, as empresas terão de avaliar os riscos e impactos ambientais e sociais nas suas cadeias de valor e poderão ser multadas em até 3% do volume de negócios global em caso de incumprimento.

O texto da diretiva foi aprovado por 428 votos a favor, 218 contra e 17 abstenções. Após a aprovação formal pelo Conselho da UE, será publicado no Jornal Oficial da União Europeia e entrará em vigor vinte dias depois. As novas regras passarão a ser aplicáveis a partir de 26 de julho de 2029.

Pode obter [aqui](#) mais informações.

### **UE-Mercosul: Conselho e Parlamento acordam regras para proteger o setor agroalimentar da EU**

A presidência do Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório sobre um regulamento que implementa a cláusula de salvaguarda bilateral do Acordo de Parceria UE-Mercosul e do Acordo Comercial Interino UE-Mercosul para produtos agrícolas.

O regulamento reforça a proteção dos agricultores da UE e assegura que as medidas de salvaguarda possam ser aplicadas de forma rápida e eficaz caso as importações dos parceiros do Mercosul causem ou ameacem causar danos graves.

Este acordo é celebrado sem prejuízo das discussões em curso no Conselho sobre a assinatura e conclusão do Acordo de Parceria UE-Mercosul e do Acordo Comercial Interino.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os principais elementos do acordo alcançado.

O texto do acordo provisório terá agora de ser aprovado e adotado por ambas as instituições antes de ser publicado no Jornal Oficial. O regulamento aplicar-se-á ao Acordo Comercial interino a partir da sua entrada em vigor e continuará a aplicar-se uma vez que o Acordo de Parceria UE-Mercosul entre em vigor.

### **UE e os parceiros dos Balcãs Ocidentais dão novos passos para implementar a iniciativa relativa às vias rápidas**

A UE e parceiros dos Balcãs Ocidentais avançaram na implementação da iniciativa de vias rápidas, com a assinatura de três acordos operacionais bilaterais entre Albânia, Moldávia e Macedónia do Norte e os governos da Grécia, Bulgária e Itália. Os memorandos assinados fazem parte do [Plano de Crescimento da Moldávia](#) e da iniciativa [Green Lanes para Balcãs Ocidentais](#) e visam reduzir tempos de espera nas fronteiras e facilitar a circulação de mercadorias, de modo a apoiar a integração gradual destes países no mercado único da UE.

Os acordos, que reconhecem intercâmbio de dados aduaneiros entre UE e países terceiros apenas quando o quadro jurídico da UE estiver em vigor, complementam um pacote de 54 milhões de euros destinados ao financiamento de 11 pontos de passagem prioritários. Este investimento tem por objetivo promover um trânsito mais fluido de mercadorias e acelerar o processo de adesão dos parceiros dos Balcãs Ocidentais ao mercado único da UE, conforme previsto no [Plano de Crescimento para os Balcãs Ocidentais](#), adotado em 2023.

### **UE avança com nova estratégia para proteger investidores e impulsionar mercados de retalho**

O Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia chegaram a um acordo político sobre o pacote legislativo que moderniza a estratégia de investimento de retalho da UE. O novo quadro visa reforçar a proteção e a capacitação dos consumidores, aumentar a transparência e fortalecer a competitividade dos mercados financeiros, sendo também um pilar da futura União da Poupança e do Investimento.

As regras atualizadas harmonizam e simplificam as normas de proteção do investidor em todos os setores financeiros, exigindo que as empresas apresentem informações claras sobre custos, riscos e rendimentos, e garantam que os produtos oferecidos proporcionem uma relação justa entre qualidade e preço. O pacote inclui medidas adicionais para prevenir conflitos de interesses e introduz normas específicas sobre a comunicação de marketing e o papel dos "finfluencers".

A nova legislação também promove a literacia financeira e ajusta os critérios para que investidores experientes possam ser tratados como profissionais.

Após a finalização técnica dos textos jurídicos, prevista para o início de 2026, os Estados-Membros terão 24 meses para transpor as regras, que serão aplicadas 30 meses após a publicação oficial, com algumas disposições a entrarem em vigor mais cedo.

Pode obter [aqui](#) mais informações.

### **Moeda única: Conselho concorda com posição sobre o euro digital e sobre o reforço do papel do dinheiro**

O Conselho acordou a sua posição de negociação sobre propostas-chave para fortalecer a moeda euro, permitindo a introdução de um euro digital e clarificando melhor o estatuto legal do numerário em euros. Por sua vez, estas iniciativas irão ajudar a melhorar a autonomia estratégica, a segurança económica e a resiliência da UE.

As propostas dizem respeito a dois regulamentos que estabelecem o enquadramento jurídico para a possível emissão de um euro digital, e a um regulamento para salvaguardar o papel do numerário na UE, garantindo a sua ampla aceitação e disponibilidade.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre a posição do Conselho.

Com esta posição acordada, o Conselho pode iniciar negociações com o Parlamento Europeu sobre o euro digital e o estatuto de curso legal do dinheiro em numerário.

## Educação

### **Portugal lidera entre os grandes países da UE no abandono escolar entre jovens**

Dados de 2024 publicados esta semana pela agência de estatística da UE Eurostat revelam que quase 17% dos jovens portugueses entre 15 e 34 anos abandonaram a escola pelo menos uma vez na vida, acima da média da UE (14,2%). O valor coloca Portugal entre os países com maiores taxas de abandono dentro do bloco, situando-se acima da média europeia e de muitos vizinhos próximos.

Entre as restantes diferenças nacionais, os Países Baixos registam a taxa mais alta (32,2%), seguidos da Dinamarca (27,1%), Luxemburgo (24,8%) e Estónia (24,4%). Por outro lado, a Roménia (1,5%), a Grécia (2,2%) e a Bulgária (3,5%) apresentam as taxas mais baixas. O relatório de Eurostat também compara Portugal com Espanha, onde a taxa foi de 15,5% em 2024, mantendo o nosso país acima do vizinho ibérico.

No que diz respeito às motivações, 42,6% dos jovens que abandonaram a educação declararam ter a discrepância entre as expectativas e a realidade ou a dificuldade elevada do curso como principal razão. Seguem-se motivos familiares ou pessoais (18,5%) e a preferência por trabalhar (13,8%). Apenas 5,3% dos jovens indicaram razões financeiras como determinantes para abandonar os estudos.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

### **Celebrado acordo entre a UE que assegura o regresso do Reino Unido ao programa Erasmus+**

O Parlamento Europeu congratulou-se com o acordo firmado entre a UE e o Reino Unido para o regresso do Erasmus+ a partir de 2027. Com a retomada do programa, os jovens da UE e do Reino Unido poderão beneficiar, a partir de 2027, de oportunidades de estudos, formação, estágios e intercâmbio em áreas como a educação e desporto.

A iniciativa irá permitir a alunos, aprendizes, docentes e pessoal participar de experiências em universidades britânicas e em empresas europeias de renome. Na discussão sobre o acordo alcançado, a presidente da Comissão da Cultura e da Educação do Parlamento, Nela Riehl (verdes, Alemanha), destacou que “este acordo reforça a cooperação entre os nossos sistemas educativos e oferece oportunidades reais para os jovens de ambos os lados do Atlântico”.

Pode obter mais informações sobre o acordo alcançado [aqui](#).



## Emprego e Demografia

### **O Parlamento apoia 8,5 milhões de euros em ajuda da UE para trabalhadores despedidos na Suécia**

A ajuda financeira tem como objetivo apoiar os trabalhadores despedidos a reintegrar-se no mercado de trabalho após a falência da Northvolt AB, na Suécia.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

### **Eurodeputados exigem à Comissão novas medidas de proteção contra a gestão algorítmica no trabalho**

O Parlamento Europeu pediu à Comissão Europeia que proponha novas regras para a gestão algorítmica no local de trabalho, com o objetivo de tornar a utilização de sistemas automatizados de monitorização e decisão mais transparente e segura. A proposta, aprovada por 451 votos a favor, 45 contra e 153 abstenções, reúne recomendações para um novo quadro na UE que garanta supervisão humana permanente, proteção dos direitos fundamentais e salvaguarda dos dados dos trabalhadores.

Entre as medidas defendidas estão a garantia de supervisão humana em decisões relacionadas com contratos, remuneração e disciplina; o direito dos trabalhadores a receber explicações sobre decisões algorítmicas e a solicitar revisões quando violarem direitos. Os deputados também destacam a necessidade de informar os trabalhadores sobre o impacto desses sistemas, os tipos de dados recolhidos e os mecanismos de monitorização, bem como assegurar que a utilização de dados respeite o bem-estar, a segurança e a privacidade.

A Comissão tem agora três meses para apresentar uma proposta formal, respondendo ao pedido do Parlamento ou explicando as razões para não o fazer.

Pode obter [aqui](#) mais informações sobre a proposta apresentada pelo Parlamento à Comissão.



## Muitos europeus querem melhor proteção contra a pobreza energética

A proteção dos consumidores vulneráveis é uma preocupação para muitos europeus, segundo o mais recente Eurobarómetro. Esta pesquisa em toda a UE centrou-se nas percepções dos consumidores sobre os serviços de energia, nas fontes de informação que utilizam ao escolher os seus fornecedores de energia e nas áreas de melhoria dos mercados de energia para servir melhor os consumidores.

Para acelerar a transição para a energia limpa de forma a não deixar ninguém para trás, é essencial compreender o comportamento dos cidadãos e a confiança no mercado de energia. O estudo revelou que 38% dos europeus defendem uma melhor proteção dos consumidores vulneráveis e com baixos rendimentos energéticos. Ter maior clareza e transparência nas faturas de energia é a segunda área de melhoria no mercado de energia, com apenas um terço dos inquiridos a compreender plenamente as suas faturas.

Relativamente à confiança no mercado de energia e nos fornecedores de energia, os resultados são mais irregulares. Mais de dois terços dos consumidores confiam nos seus fornecedores de eletricidade e gás quanto a preços justos, mas a reputação do fornecedor e a qualidade do serviço são priorizadas em detrimento do preço.

Os resultados sublinham a necessidade de uma comunicação mais clara, melhores proteções para os consumidores e processos simplificados para apoiar a transição para uma energia mais limpa. Temas chave como acessibilidade, proteção do consumidor e empoderamento serão centrais no próximo Plano Europeu de Habitação Acessível, assim como no Pacote Energia para os Cidadãos.

O Eurobarómetro foi realizado entre 30 de junho e 15 de julho de 2025 nos 27 Estados-Membros. No total, foram realizadas 18 250 entrevistas por telefone (fixo e móvel).

Informações adicionais sobre os resultados do Eurobarómetro estão disponíveis [online](#).

## UE regista queda de 1% no consumo de energia primária em 2024

Segundo dados publicados esta semana pelo Eurostat, em 2024, o consumo de energia primária na UE totalizou 1 202 milhões de toneladas de equivalentes de petróleo (Mtep), o que representa uma diminuição de 0,8% face a 2023 e o valor mais baixo desde 1990. Apesar da redução, a procura global ainda se aproxima da meta de 992,5 Mtep para 2030, com a diferença para a meta a reduzir-se para 21,1%.

Quanto ao consumo final de energia, a UE registou 900 Mtep em 2024, tendo crescido 0,7% em relação a 2023. Este patamar continua acima da meta de 763 Mtep para 2030, que em 2024 se situava 18% acima da meta.

Dados históricos mostram que o consumo primário atingiu o mínimo desde o início da série (1990), tendo o pico em 2006, com 1 511 Mtep, quando a UE estava a 52,3% da meta para 2030. Já o consumo de energia final em 2024 ficou próximo de máximos recentes, apesar de ter havido mínimos em 2020 (893 Mtep).

Pode aceder [aqui](#) à estatística com mais detalhe.

## UE vai eliminar gradualmente as importações de gás russo

A União Europeia aprovou uma nova lei para eliminar gradualmente as importações de gás russo, fortalecendo a segurança energética diante do uso do gás como arma pela Rússia. A partir de 2026, o gás natural liquefeito (GNL) russo no mercado spot ficará proibido, e as importações por gasoduto serão eliminadas gradualmente até 30 de setembro de 2027, com ajustes que aceleram os prazos para a maioria dos contratos de importação durante as negociações. Durante as negociações, os prazos foram ajustados para acelerar a aplicação em muitos contratos de importação, e sanções foram previstas para que os Estados-Membros possam agir contra os operadores energéticos que violem as regras.

Além disso, os eurodeputados avançaram na preparação de uma eventual proibição total de importações de petróleo russo, conseguindo o compromisso da Comissão de apresentar legislação no início de 2026, com aplicação provável até o final de 2027. Também foram discutidas salvaguardas para evitar lacunas de implementação, incluindo a exigência de provas mais rigorosas do país de produção antes da importação ou armazenamento de gás. A legislação, já acordada com o Conselho, foi aprovada por 500 votos a favor, 120 contra e 32 abstenções e segue para a ratificação formal pelo Conselho antes da publicação no Jornal Oficial.

Pode saber mais [aqui](#).

## Comissão anuncia 1,8 mil milhões de euros em novos investimentos em energia limpa através do Fundo de Modernização

A Comissão Europeia e o Banco Europeu de Investimento anunciaram um novo desembolso de 1,8 mil milhões de euros do [Fundo de Modernização](#), destinados a apoiar 45 investimentos em energia limpa em 12 Estados-Membros. Entre os destaques do plano de desembolsos, está o primeiro investimento de sempre num projeto de energia limpa em Portugal, que passou a ser beneficiário do fundo em 2024.

Este novo aporte eleva o total apoiado pelo Fundo de Modernização para 20,7 mil milhões de euros, abrangendo 294 investimentos desde 2021. Os recursos, provenientes das receitas do sistema EU ETS, destinam-se a modernizar sistemas energéticos, reduzir emissões de gases com efeito de estufa nos setores da energia, indústria e transportes, e melhorar a eficiência energética. Em 2025 foram desembolsados 5,46 mil milhões de euros para 79 projetos, com foco principal em produção e uso de energia renovável, modernização de redes e eficiência energética.

Entre os exemplos de investimentos estão redes de aquecimento urbano com fontes renováveis, armazenamento de energia, melhoria de eficiências em edifícios públicos, modernização da rede elétrica e projetos de geotermia e armazenamento em vários países europeus, com impactos esperados na redução de emissões e na segurança energética.

Pode conhecer [aqui](#) mais detalhes sobre os investimentos que irão ser apoiados.



## Espaço

### Lançados dois satélites Galileo com sucesso

Esta semana [foram](#) lançados com sucesso dois satélites [Galileo](#), equipados com o sistema de navegação por satélite desenvolvido pela União Europeia. O lançamento ocorreu na base de lançamento espacial de Kourou, na Guiana Francesa, a bordo de um foguete Ariane 6. Os dois satélites serão submetidos a vários meses de testes e calibração em órbita antes de entrarem em serviço.

O Galileo destaca-se como o sistema de navegação mais preciso do mundo, utilizado por cerca de 4,5 mil milhões de pessoas em todo o mundo. O sistema de navegação oferece serviços de posicionamento e sincronização altamente precisos, com uma precisão de aproximadamente um metro, e até 20 centímetros com o Serviço de Alta Precisão.

Os serviços destes satélites serão operados pela Agência da União Europeia para o Programa Espacial, com desenvolvimento técnico apoiado pela Agência Espacial Europeia e os parceiros industriais europeus.



## Estado de Direito, Democracia e Cidadania

### Parlamento Europeu distingue Andrzej Poczobut e Mzia Amaglobeli com o Prémio Sakharov 2025

O Parlamento Europeu [atribuiu](#) o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento de 2025 aos jornalistas Andrzej Poczobut, da Bielorrússia, e Mzia Amaglobeli, da Geórgia, em reconhecimento da sua coragem na defesa da liberdade de expressão e dos valores democráticos. A cerimónia decorreu em Estrasburgo, onde a presidente Roberta Metsola apelou à libertação imediata dos dois jornalistas detidos.

Andrzej Poczobut é um jornalista e defensor da minoria polaca na Bielorrússia que cumpre pena de prisão há quase cinco anos. A sua filha, Jana Poczobut, recebeu o prémio em seu nome e agradeceu o apoio do Parlamento Europeu às famílias dos presos políticos bielorrussos.

Mzia Amaglobeli, cofundadora dos meios independentes Batumelebi e Netgazeti, encontra-se detida na Geórgia. Numa mensagem lida por uma colega, a jornalista apelou à solidariedade europeia e denunciou os ataques à liberdade de imprensa e à oposição no seu país.

Criado em 1988, o Prémio Sakharov, que homenageia o físico e dissidente soviético Andrei Sakharov, é a mais alta distinção da União Europeia na área dos direitos humanos e da liberdade de pensamento. Concedido anualmente pelo Parlamento Europeu, o prémio inclui um montante de 50 mil euros e reconhece pessoas ou organizações que se destacam na defesa dos direitos fundamentais e da democracia.

### Os eurodeputados pedem melhorias ao mecanismo de condicionalidade do Estado de direito para proteger o orçamento da UE

O mecanismo de condicionalidade do Estado de direito da UE precisa ser melhorado para proteger melhor os fundos da UE contra utilização indevida em Estados-membros que violam o Estado de direito.

Numa avaliação de quase cinco anos da sua implementação, os eurodeputados instam a Comissão e o Conselho a reforçar o sistema concebido para garantir que as violações do Estado de direito não coloquem o orçamento da UE em risco. Argumentam que o mecanismo sofre de atrasos, falta de transparéncia e uma interpretação restrita por parte da Comissão, que limita a sua eficácia.

O relatório foi aprovado com 386 votos a favor, 184 contra e 15 abstenções.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.



## Habitação

### Comissão Europeia lança primeiro Plano Europeu para a Habitação Acessível

Esta semana, a Comissão Europeia apresentou o primeiro [Plano Europeu para a Habitação Acessível](#), uma iniciativa pioneira que visa enfrentar uma das crises sociais mais prementes da atualidade: a falta de habitação a preços comportáveis. A proposta procura garantir moradias acessíveis, sustentáveis e de qualidade em toda a União Europeia, respondendo ao forte aumento dos custos habitacionais verificado na última década, com os preços das casas a subir mais de 60% e as rendas mais de 20% em média na UE.

Segundo a Comissão, a escassez de habitação está a afetar não apenas a coesão social, mas também a competitividade económica da União, ao limitar a mobilidade laboral, o acesso à educação e a formação de novas famílias. O plano propõe, assim, uma ação coordenada entre a

UE, os Estados-Membros, as regiões e as cidades, com um foco especial no aumento da oferta habitacional, estímulo do investimento imobiliário e na proteção dos grupos mais vulneráveis, como jovens, trabalhadores e pessoas com baixos rendimentos.

Entre as principais medidas estão a criação da [Estratégia Europeia para a Construção de Habitação](#), que pretende tornar o setor da construção e renovação mais inovador e produtivo, e o [reforço da Nova Bauhaus Europeia](#) (NEB), que promove projetos sustentáveis e de qualidade no ambiente construído. A Comissão também prevê simplificar regras de planeamento e licenciamento e rever as normas de auxílios estatais, de modo a facilitar o apoio financeiro dos governos à habitação social e acessível.

Para enfrentar os desafios do mercado imobiliário, o plano inclui ainda uma nova iniciativa legislativa sobre arrendamentos de curta duração e o desenvolvimento de uma plataforma de investimento pan-europeia, em cooperação com o Banco Europeu de Investimento e outras instituições. Desde o início do atual quadro financeiro, a Comissão já mobilizou cerca de 43 mil milhões de euros em projetos ligados à habitação.

A iniciativa será acompanhada pela criação de uma Aliança Europeia para a Habitação, que irá reunir Estados-Membros, autoridades locais, parceiros sociais e representantes da indústria.

A Comissão compromete-se a apresentar um relatório intercalar antes do final do presente mandato e anunciou a realização da primeira Cimeira da UE sobre Habitação, prevista para 2026, como forma de manter o impulso político e reforçar a resposta europeia a este desafio comum.

Pode aceder [aqui](#) a mais informação e [aqui](#) às declarações emitidas pelo Comissário para a Habitação e a Vice-Presidente Executiva Teresa Ribera em conferência de imprensa. Pode ainda encontrar [aqui](#) as reações dos eurodeputados ao Plano apresentado para a Habitação.



## Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social e Migrações

### Eurodeputados apoiam iniciativa dos cidadãos sobre o acesso ao aborto

Os eurodeputados apoaram a [iniciativa dos cidadãos “A minha voz, a minha escolha”](#) para melhorar o acesso ao aborto na UE através de um mecanismo financeiro voluntário, financiado pela União Europeia. A proposta, aprovada por 358 votos a favor, 202 contra e 79 abstenções, prevê um sistema opcional que permitiria a um Estado-Membro oferecer acesso a interrupção segura da gravidez a indivíduos sem acesso, em conformidade com a legislação nacional e com apoio financeiro da UE.

O Parlamento ressalta a importância da UE no fortalecimento da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, defendendo autonomia corporal e acesso universal a serviços de Saúde e Direitos Sexuais Reprodutivos, incluindo planeamento familiar, contraceção, aborto seguro e cuidados de saúde materna. Manifestam preocupação com ataques aos direitos das mulheres e pedem reformas legais em vários países da UE para assegurar direitos consistentes com normas internacionais.

A Comissão Europeia terá até março de 2026 para definir medidas, legislativas ou não, a implementar.

Pode saber mais [aqui](#).

### UE reforça regras sobre pedidos de asilo e conceito de país terceiro seguro

O Conselho da União Europeia e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório sobre uma nova legislação que revê o conceito de “país terceiro seguro” e amplia as situações em que um pedido de asilo pode ser considerado inadmissível.

A proposta, negociada sob a presidência dinamarquesa do Conselho, visa tornar o sistema de asilo europeu mais eficiente, permitindo aos Estados-Membros rejeitar pedidos quando os requerentes poderiam ter obtido proteção num país não pertencente à UE considerado seguro. As novas regras permitem aplicar o conceito de país terceiro seguro mesmo sem que exista uma ligação prévia entre o requerente e o país em causa, bastando que este tenha transitado por lá ou que exista um acordo que assegure a análise do pedido nesse país.

O texto acordado exclui a aplicação da regra a menores não acompanhados e retira o direito automático de permanência na UE durante o recurso contra uma decisão de inadmissibilidade, embora os tribunais nacionais possam conceder esse direito.

O acordo precisa agora de ser formalmente aprovado pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu. As novas disposições deverão entrar em vigor em 12 de junho de 2026, em simultâneo com o regulamento relativo aos procedimentos de asilo.

Pode saber mais sobre o acordo alcançado [aqui](#).

### UE aprova criação da primeira lista comum de países de origem seguros

O Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia chegaram a um acordo político sobre a criação da primeira lista comum de países de origem seguros, medida que pretende acelerar o tratamento dos pedidos de asilo. A lista inicial irá incluir Bangladesh, Colômbia, Egito, Kosovo, Índia, Marrocos e Tunísia e será de responsabilidade dos requerentes provar que esta disposição não se aplica ao seu caso.

Os países candidatos à adesão à UE serão também considerados seguros, salvo em situações excepcionais, como conflitos armados ou violações graves de direitos humanos. A Comissão Europeia irá também acompanhar em permanência a situação nos países incluídos e poderá

suspender temporariamente a sua designação caso as circunstâncias se alterem. Os Estados-Membros manterão a possibilidade de aplicar listas nacionais, exceto para países suspensos da lista comum.

Algumas disposições poderão ser aplicadas antes de junho de 2026, permitindo iniciar procedimentos fronteiriços acelerados para nacionais de países com baixas taxas de reconhecimento de asilo.

O acordo ainda necessita de aprovação formal pelo Parlamento e pelo Conselho antes de entrar em vigor.

Pode saber mais [aqui](#).

### **Relatórios da Comissão sobre o cumprimento dos requisitos de isenção de visto por parte dos países parceiros**

A Comissão adotou o seu oitavo relatório no âmbito do mecanismo de suspensão de vistos, que acompanha os regimes de isenção de vistos da UE. Embora a maioria dos países parceiros tenha tomado medidas para dar resposta às recomendações formuladas no âmbito de relatórios anteriores sobre o mecanismo de suspensão de vistos, subsistem desafios significativos.

A liberalização dos vistos é uma parte importante do conjunto de instrumentos da UE para a cooperação em matéria de migração, segurança e justiça com países terceiros. A isenção de visto facilita a mobilidade e os contactos interpessoais, impulsiona os setores das viagens e do turismo e promove os intercâmbios culturais e académicos. Pode também promover as relações diplomáticas e a cooperação internacional. No entanto, quando utilizada de forma abusiva, pode também colocar desafios significativos em matéria de migração e segurança, que têm de ser abordados.

O relatório abrange os desenvolvimentos relacionados com o alinhamento da política de vistos, a migração (incluindo a gestão das fronteiras e a readmissão), a segurança e a cidadania nos parceiros dos Balcãs Ocidentais e da Parceria Oriental, nos países das Caraíbas Orientais que aplicam regimes de concessão de cidadania a investidores e nos países da América Latina. Inclui recomendações específicas para cada país.

Pode obter [aqui](#) mais informação sobre as principais conclusões deste oitavo relatório.



Indústria

### **Comissão Europeia lança pacote para um setor automóvel mais limpo e competitivo**

A Comissão Europeia apresentou o [Pacote Automóvel](#), um conjunto de medidas destinadas a impulsionar a transição para a mobilidade limpa, reforçar a competitividade da indústria automóvel europeia e estimular a inovação tecnológica em toda a União Europeia. O pacote define um quadro político ambicioso, que procura conciliar os objetivos de neutralidade climática até 2050 com maior flexibilidade e previsibilidade para os fabricantes do setor.

Segundo o pacote legislativo, as novas normas mantêm o sinal de mercado a favor dos veículos com emissões zero, mas introduzem mecanismos de ajuste progressivo para os fabricantes. A partir de 2035, as emissões de escape terão de ser reduzidas em 90%, sendo possível compensar os restantes 10% com aço de baixo carbono ou combustíveis sintéticos, permitindo que híbridos e outros veículos de baixas emissões continuem no mercado. Antes dessa data, os produtores poderão beneficiar de supercréditos para veículos elétricos pequenos fabricados na UE.

Um dos pilares é o programa Battery Booster, que mobiliza 1,8 mil milhões de euros para consolidar uma cadeia de valor europeia de baterias, com financiamento e apoio à inovação no fabrico de células sustentáveis.

O pacote também reforça a oferta e procura de veículos sustentáveis, com metas vinculativas para frotas empresariais de baixas emissões e incentivos para modelos produzidos na Europa. Inclui ainda medidas para desburocratizar processos e reduzir custos, estimando-se poupanças de mais de 700 milhões de euros por ano para a indústria.

Pode conhecer [aqui](#) o plano com mais detalhe.

### **Excesso de capacidade na indústria do aço: Conselho adota mandato sobre novas regras para proteger a indústria do aço da UE do excesso de capacidade global**

O Conselho adotou o seu mandato para negociar com o Parlamento Europeu o regulamento que aborda os efeitos negativos no comércio decorrentes do excesso de capacidade global no mercado de aço da UE. O novo regulamento destina-se a substituir a medida de salvaguarda do aço existente, que expira a 30 de junho de 2026.

O mandato do Conselho procura um equilíbrio que visa manter o nível elevado de proteção necessário para a indústria europeia do aço, que é vital para a economia e a segurança da UE, ao mesmo tempo que introduz flexibilidade e consideração importantes para os utilizadores de aço a jusante.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre as principais alterações acordadas pelo Conselho.



## As instituições da UE definem prioridades para 2026

Uma Declaração Conjunta sobre as prioridades legislativas da UE para 2026 foi [assinada](#) na passada quinta-feira pelos Presidentes do Parlamento, do Conselho e da Comissão.

Pode aceder [aqui](#) à versão integral da Declaração Conjunta.

## Conselho Europeu, 18 de dezembro de 2025

Em 18 de dezembro, o Conselho Europeu adotou conclusões sobre a Ucrânia, o Médio Oriente, a defesa e a segurança europeias, o próximo quadro financeiro plurianual, o alargamento e as reformas, a migração, a geoeconomia e a competitividade, e pontos diversos.

Pode consultar [aqui](#) mais informação sobre as conclusões adotadas.

## Declaração dos líderes sobre a Ucrânia

Pode consultar [aqui](#) a declaração adotada pelo Presidente Costa, pela Presidente von der Leyen, pela Primeiro-Ministro Frederiksen, pelo Presidente Stubb, pelo Presidente Macron, pelo Chanceler Merz, pela Primeira-Ministra Meloni, pelo Primeiro-Ministro Schoof, pelo Primeiro-Ministro Støre, pelo Primeiro-Ministro Tusk, pelo Primeiro-Ministro Kristersson e pelo Primeiro-Ministro Starmer.

Esta declaração permanece aberta para que outros países se juntem.

## Discurso da Presidente da Comissão no debate plenário do Parlamento em preparação para o Conselho Europeu

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, interveio na sessão plenária do Parlamento desta semana, a dar nota dos assuntos que foram discutidos aquando da reunião do Conselho, que decorreu entre 18 e 19 de dezembro.

Pode ler [aqui](#) o discurso da Presidente da Comissão na íntegra.



## Oportunidades de pesca para 2026 em águas da UE e fora da UE: Conselho alcança acordo

Os ministros da pesca alcançaram um acordo político sobre as oportunidades de pesca no Atlântico, no Mar do Norte, no Mediterrâneo, no Mar Negro e noutros mares para 2026 e para certos stocks para 2027 e 2028. O acordo, alcançado após dois dias de negociações, estabelece limites de captura de pescado, conhecidos como 'quotas de captura total admissível' (TACs), e limites de esforço de pesca para os stocks comerciais de peixe mais importantes. O esforço de pesca refere-se ao tamanho e à potência do motor de um navio, combinados com o número de dias passados a pescar.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes sobre o acordo político alcançado.

Após a revisão legal e linguística dos textos, o Conselho adotará os regulamentos numa próxima reunião. Estes serão então publicados no Jornal Oficial e entrarão em vigor a 1 de janeiro de 2026.

## Parlamento Europeu propõe programas de renovação e novas regras para descarbonizar frota pesqueira da UE

O Parlamento Europeu aprovou um relatório com propostas destinadas a acelerar a transição energética no setor das pescas, incluindo programas de renovação da frota, novos instrumentos de financiamento e auditorias energéticas aos navios. O texto foi aprovado por 450 votos a favor, 93 contra e 37 abstenções.

No relatório, os eurodeputados defendem uma transição justa do setor das pescas rumo à neutralidade climática até 2050, salientando os desafios que a descarbonização representa, sobretudo para os pequenos operadores. Com uma frota cuja idade média ultrapassa os 30 anos, o Parlamento propõe modernizar os navios e flexibilizar as regras da [Política Comum das Pescas](#) e do [Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura](#) (FEAMPA), que atualmente limitam o apoio financeiro a este setor.

O relatório recomenda ainda que as auditorias energéticas sejam financiadas pelo FEAMPA e que se explorem tecnologias como a inteligência artificial para otimizar rotas de pesca. Os deputados pedem também um roteiro de descarbonização faseado e investimentos em inovação para melhorar a seletividade das artes de pesca, reduzir capturas indesejadas e modernizar infraestruturas portuárias, de modo a reforçar a segurança e as condições de trabalho dos pescadores.

Pode obter [aqui](#) mais informações sobre as propostas.



## Mobilidade

### Conselho adota mandato parcial para o Mecanismo Interligar a Europa

O Conselho aprovou esta semana uma posição parcial sobre o regulamento que institui o Mecanismo Interligar a Europa (CEF III) para 2028-2034, que integra as componentes de transportes e energia. O texto amplia a participação dos Estados-Membros na seleção de projetos e clarifica os critérios de elegibilidade, de modo a manter a flexibilidade do quadro de investimento diante do novo contexto geopolítico e da necessidade de reforçar redes críticas e a integração de energias renováveis.

Entre as mudanças, destacam-se a ampliação de projetos de interesse comum com dimensão transfronteiriça no setor de transportes, ajustes na mobilidade militar e ênfase na soberania nacional e na segurança pública. Na energia, o Conselho destaca a importância da União da Energia, da descarbonização e da proteção de infraestruturas críticas contra ciberameaças, mantendo o foco em reduzir problemas de interligação e acelerar a transição para fontes renováveis.

A posição do Conselho, que exclui questões financeiras e horizontais, irá funcionar como base para as negociações entre o Conselho e o Parlamento Europeu. O orçamento final do programa irá depender do acordo sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para 2028-2034.

Pode saber mais [aqui](#).



## Proteção Civil

### A UE lança ponte aérea de emergência para Darfur

A União Europeia inaugurou uma [ponte aérea humanitária](#) para Darfur, com oito voos previstos para transportar suprimentos essenciais ao longo de dezembro de 2025 e janeiro de 2026. O primeiro voo já chegou, levando cerca de 100 toneladas de ajuda das reservas da UE e de organizações parceiras na passada sexta-feira, dia 12 de dezembro.

A operação pretende mitigar a crise humanitária agravada pela violência, pela fome e pelos deslocamentos forçados que assolam o Sudão e a região de Darfur. A tomada de El Fasher, capital do Darfur do Norte, por forças rivais no final de outubro piorou ainda mais o acesso à assistência, tendo restringido rotas de entrega e colocado várias comunidades em situação de vulnerabilidade. A ponte aérea busca justamente contornar essas dificuldades logísticas, garantindo que suprimentos de abrigo, água, saneamento, higiene e atendimento médico cheguem aos que mais precisam.

Entre os itens transportados estão abrigos, água, produtos de saneamento e higiene, além de suprimentos de saúde.

O custo da operação é de 3,5 milhões de euros, que são financiados pelo orçamento de ajuda humanitária da UE.



## Saúde

### Novas medidas para tornar o setor da saúde da UE mais inovador, competitivo e resistente

A Comissão Europeia propôs um pacote ambicioso de medidas para melhorar a saúde dos cidadãos da UE, ao mesmo tempo que garante a resiliência e competitividade a longo prazo do setor da saúde.

O pacote inclui uma Lei da Biotecnologia, regras revistas para dispositivos médicos e um Plano "Corações Seguros", que irão: reforçar o setor de biotecnologia da UE; acelerar o desenvolvimento de novos tratamentos e terapias inovadoras para os pacientes; tornar as regras para o desenvolvimento de dispositivos médicos desde o laboratório até ao mercado mais simples e eficientes para as empresas da UE, garantindo ao mesmo tempo um nível muito elevado de segurança para os pacientes; combater a principal causa de morte na Europa, as doenças cardiovasculares, com uma abordagem abrangente da UE para as prevenir, detetar e tratar a tempo.

Em conjunto, estas iniciativas irão contribuir para um ecossistema de saúde mais moderno, eficiente e resiliente para todos os cidadãos da UE, incentivando ao mesmo tempo o crescimento e a inovação neste setor estratégico.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes deste pacote.

### Comissão Europeia investe 8,85 milhões de euros em diagnósticos inovadores para combater resistência antimicrobiana

A UE [anunciou](#) um investimento de 8,85 milhões de euros no desenvolvimento de um dispositivo de diagnóstico rápido que ajude médicos a escolher o tratamento antibiótico adequado. O objetivo é acelerar decisões terapêuticas e reduzir o uso desnecessário de antibióticos, de modo a combater uma das principais causas da resistência antimicrobiana no continente.

O novo dispositivo permitirá aos profissionais de saúde determinar a presença de bactérias, identificar o tipo e avaliar quais antibióticos são mais eficazes em menos de uma hora, diretamente no local de atendimento.

O projeto é liderado por um consórcio de cinco parceiros europeus: ShanX MedTech B.V. (Países Baixos), Aidian Oy (Finlândia), Biosurfit S.A. (Portugal), Unitron B.V. (Países Baixos) e Fundación para la Investigación Biomédica del Hospital Universitario Ramón y Cajal (Espanha). O contrato de quatro anos é financiado pelo programa EU4Health.

A resistência aos antimicrobianos já provoca milhares de mortes anuais na Europa e custa cerca de 11 mil milhões de euros por ano aos sistemas de saúde, impulsionada pelo uso inadequado de antibióticos.

### **Relatório aponta doenças cardiovasculares como principal desafio de saúde na União Europeia**

Um relatório financiado pela UE confirma que as doenças cardiovasculares continuam a ser a principal ameaça à saúde na União Europeia, sendo responsáveis por um terço das mortes anuais e afetando mais de 60 milhões de pessoas. O documento, intitulado "[Estado da Saúde Cardiovascular na UE](#)", reforça a necessidade urgente de ação coordenada a nível europeu, alinhada com o próximo Plano Corações Seguros.

O relatório destaca desigualdades existentes por região, género e status socioeconómico nos resultados e nos cuidados de saúde. O relatório ressalta desigualdades persistentes por região, género e status socioeconómico tanto nos resultados de saúde como no acesso aos cuidados cardiovasculares. Evidencia, por exemplo, disparidades entre países e grupos socioeconómicos na incidência de doenças cardiovasculares, na adesão a tratamentos e na disponibilidade de serviços de prevenção. Estima-se que o custo económico anual das doenças cardiovasculares na Europa atinja cerca de 282 mil milhões de euros, representando aproximadamente 2% do PIB da EU. Este montante resulta da mortalidade prematura, da perda de produtividade e dos elevados gastos com cuidados de saúde.

O Plano Corações Seguros deverá estabelecer uma estratégia abrangente para apoiar os Estados-Membros na prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e suporte pós-agudo. A configuração futura envolve a expansão de ferramentas digitais de saúde, o uso da inteligência artificial e a monitorização remota, que poderão facilitar o rastreio precoce, personalizar terapias e melhorar o acompanhamento de pacientes em toda a UE.

### **Medicamentos essenciais: aprovadas novas medidas para reforçar a segurança do abastecimento na UE**

A comissão de Saúde Pública (SANTE) do Parlamento Europeu aprovou propostas para melhorar a disponibilidade de medicamentos essenciais na União Europeia. Com a aprovação destas medidas, a UE busca reduzir a dependência de terceiros e fortalecer a competitividade farmacêutica europeia. A votação foi de 27 votos a favor, 1 contra e 8 abstenções.

Entre as medidas, destacam-se: a criação de projetos estratégicos industriais na UE para aumentar a produção e a capacidade de substâncias básicas, com a Comissão a emitir orientações para avaliação dos projetos; o estabelecimento de um fundo de segurança para medicamentos essenciais no próximo quadro financeiro plurianual; e a priorização de financiamento para estes projetos por parte da UE e dos Estados-Membros, através de financiamento regional.

Para ampliar a aquisição de medicamentos inovadores e de custo elevado, o Parlamento propõe-se permitir contratações públicas com múltiplos fornecedores para o mesmo produto, de modo a promover a diversificação de abastecimento e produção em várias regiões da UE. Para combater a escassez de medicamentos essenciais na UE, os eurodeputados também defenderam a realização de aquisições colaborativas voluntárias entre Estados-Membros e a Comissão, com foco em fármacos para doenças raras, antimicrobianos e tratamentos caros ou especializados.

A comissão SANTE recomendou ainda a criação de um mecanismo de coordenação de reservas nacionais e de emergência de medicamentos, concedendo à Comissão poderes para redistribuição de remessas entre países quando haja escassez.

Esta posição deverá agora ser formalizada na sessão plenária de janeiro de 2026, a partir da qual se iniciarão as negociações com os governos dos Estados-membros da UE.

Pode obter [aqui](#) mais informações sobre as medidas aprovadas.

### **Maior proteção dos trabalhadores com novas orientações em matéria de amianto e lista atualizada de doenças profissionais**

A Comissão Europeia adotou novas medidas para reduzir a exposição dos trabalhadores ao amianto e melhorar o reconhecimento de doenças contraídas em contexto profissional associadas a esta substância. As iniciativas incluem diretrizes práticas para apoiar os Estados-Membros na aplicação das regras da UE e uma recomendação atualizada que amplia a lista de doenças elegíveis para indenização, que abrange novos tipos de cancro.

As orientações, elaboradas com a participação de sindicatos, empresas e autoridades nacionais, fornecem conselhos concretos para gerir os riscos do amianto em setores como construção e renovação, promovendo práticas seguras e a prevenção do cancro profissional. Estas medidas complementam a diretiva revista de 2023 relativa ao amianto no trabalho, que impõe limites de exposição mais rigorosos e deve ser transposta para o direito nacional até dezembro de 2025.

Na nova lista de doenças profissionais reconhecidas, a Comissão inclui o cancro da laringe, do ovário e outras patologias pulmonares relacionadas com o amianto, incentivando os Estados-Membros a assegurar compensações adequadas e a reforçar a prevenção e a recolha de dados.

Proteger os trabalhadores contra agentes cancerígenos é um dos desígnios da Comissão, consagrado [Plano Europeu de Combate ao Cancro](#) e do [Quadro Estratégico da UE para a Saúde e Segurança no Trabalho 2021-2027](#).

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.



## Tecnologia e Informática

### **Relatório mostra avanços na interoperabilidade dos serviços públicos digitais na UE**

A Comissão Europeia [publicou](#) o primeiro [Relatório Anual sobre a Interoperabilidade na União Europeia](#), que revela progressos significativos na modernização e integração dos serviços públicos digitais. A interoperabilidade permite que sistemas de informação e dados de diferentes administrações trabalhem em conjunto, de modo a facilitar a partilha segura de informações entre países e setores, em benefício de cidadãos e empresas.

Desde a entrada em vigor da Lei da Europa Interoperável, em abril de 2024, a União tem reforçado a cooperação administrativa através de uma nova estrutura de governação e da criação do Portal Europa Interoperável, que serve como ponto central para ferramentas, soluções e orientações práticas.

O relatório destaca ainda exemplos de inovação como as [sandboxes regulamentares](#), a cooperação com a [GovTech](#) e a Comunidade Europeia Interoperável.

A Comissão e os Estados-Membros pretendem reforçar estes esforços em 2026 com a implementação da primeira Agenda da Europa Interoperável, que incluirá novos serviços de apoio técnico, avaliações simplificadas e soluções digitais partilhadas. Estas ações apoiarão o objetivo da Década Digital da UE de colocar todos os serviços públicos essenciais online até 2030, reduzindo encargos administrativos e fortalecendo a eficiência do setor público europeu.

### **Comissão publica o primeiro projeto do Código de Conduta sobre a marcação e rotulagem de conteúdos gerados por IA**

A Comissão publicou o primeiro projeto do Código de Conduta sobre marcação e rotulagem de conteúdos gerados por IA, alinhado com o calendário para a finalização do código em junho de 2026. O projeto, baseado no artigo 50.º do [Regulamento Inteligência Artificial](#), estabelece obrigações para fornecedores marcarem conteúdos criados ou manipulados por IA de forma legível por máquina e para utilizadores de IA generativa em contextos profissionais rotularem deepfakes e textos gerados sobre temas de interesse público.

O código, dividido em duas secções, prevê normas para marcação por parte dos fornecedores de IA e, separadamente, identificação de conteúdos gerados por IA por utilizadores.

A Comissão solicita feedback até 23 de janeiro, com a segunda versão prevista para meados de março de 2026 e a versão final em junho. As regras de transparência irão entrar em vigor a 2 de agosto de 2026.

Pode saber mais [aqui](#).

### **Comissão propõe a prorrogação do regulamento provisório que permite que os prestadores de serviços continuem a detetar e denunciar voluntariamente casos de abuso sexual de crianças**

A Comissão Europeia [propôs uma prorrogação do regulamento provisório](#) que estabelece uma derrogação a determinadas disposições da [Diretiva Privacidade Eletrónica](#) para efeitos de luta contra o abuso sexual de crianças na Internet.

Tal permitirá que os prestadores de determinados serviços de comunicações interpessoais independentes do número continuem a detetar e denunciar voluntariamente abusos sexuais de crianças nos seus serviços e a retirar-lhes material referente a abusos sexuais de crianças.

O regulamento provisório é uma solução temporária para permitir a continuação destas atividades de voluntariado até à entrada em vigor de novas regras permanentes da UE. O presente regulamento provisório cessa em 3 de abril de 2026. Se não estiverem em vigor novas regras até essa data, quando tal acontecer, estes prestadores não poderão continuar a detetar e denunciar abusos sexuais de crianças nos seus serviços. Tal facilitaria aos predadores a partilha de material pedopornográfico, o aliciamento de crianças na UE e a sua fuga impune. A deteção proativa pelos prestadores de serviços em linha tem sido fundamental há mais de 15 anos para salvar as crianças dos abusos em curso e levar os autores a tribunal.

Pode obter [aqui](#) mais informação sobre a proposta da Comissão.

**Mais no Parlamento Europeu:**

[Calendário para 2025, 2026 e 2027.](#)

**Mais no Comité das Regiões Europeu:**

[Calendário para 2025 e 2026.](#)

**Mais no Conselho:**

**Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Dinamarquesa](#)**



OPORTUNIDADES DE  
EMPREGO, TRABALHO OU  
FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



#### Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



#### Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



#### Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



#### Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



#### Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



#### Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



#### Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



#### Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



## Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



## Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



## Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, consequentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



## Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).



## Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement](#), [Colocation](#), [Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



## O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda:** **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

### Legenda:



### Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial | AESA – Agência da UE para a Segurança Aérea | BCE – Banco Central Europeu | BEI – Banco Europeu de Investimento | CE – Comissão Europeia | CEO – Chief Executive Officer | CESE – Comité Económico e Social Europeu | CoR – Comité das Regiões | CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa | CRPM – Conferência das Regiões Periféricas Marítimas | EBA – Autoridade Bancária Europeia | EBCD – European Bureau for Conservation and Development | EEE – Espaço Económico Europeu | EIT – Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia | EMA – Agência Médica Europeia | EMB – European Marine Board | EMSA – Agência Europeia de Segurança Marítima | ERC – Conselho Europeu de Investigação | ESA – Agência Espacial Europeia | EUA – Estados Unidos da América do Norte | FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural | FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia | FEI – Fundo Europeu de Investimento | FEIE – Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos | GEE – Gases com Efeito de Estufa | GPS – Sistema de Posicionamento Global dos EUA | IA – Inteligência Artificial | ICCAT – Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico | IMO – Organização Marítima Internacional | JRC – Centro de Pesquisa Conjunto da CE | OCM – Organização Comum dos Mercados Agrícolas | ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU | OMC – Organização Mundial do Comércio | OMS – Organização Mundial de Saúde | ONU – Organização das Nações Unidas | PAC – Política 14 de julho Comum da UE | PE – Parlamento Europeu | PES – Partido Socialista Europeu | PME – Pequenas e médias empresas | PPE – Partido Popular Europeu e PPE no PE | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – Quadro Financeiro Pluriannual da EU | RIS – Regional Innovation Scoreboard | RUP – Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas (inclui o PES no PE) | UE – União Europeia | TCE – Tribunal de Contas Europeu | TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da UE | TJUE – Tribunal de Justiça da UE |

### Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

[gabinetebruxelas@azores.gov.pt](mailto:gabinetebruxelas@azores.gov.pt) | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

**Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!**